



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Victor Goulart Righetto

**Estado, capitalismo dependente e direitos sociais**

Florianópolis

2023

Victor Goulart Righetto

**Estado, capitalismo dependente e direitos sociais**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Dilceane Carraro

Florianópolis

2023

Righetto, Víctor Goulart

Estado, capitalismo dependente e direitos sociais / Victor Goulart Righetto ; orientador, Dilceane Carraro, 2023.  
61 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Estado. 3. capitalismo dependente. 4. direitos sociais. I. Carraro, Dilceane. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Victor Goulart Righetto

**Estado, capitalismo dependente e direitos sociais**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Centro Socioeconômico, 01 de dezembro de 2023.



Coordenação do Curso

**Banca examinadora**



Prof.(a), Dr.(a) Dilceane Carraro  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Orientador(a)



Prof.(a), Dr.(a) Heloisa Teles  
Universidade Federal de Santa Catarina



Mestrando Pablo Ramon Diogo  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis, 2023.

## AGRADECIMENTOS

Foram quase dez anos desde minha entrada na universidade. Os primeiros anos no curso de graduação em Ciências Sociais, foram quase que perdidos, porque me encontrava perdido, sem rumo, sem nenhuma perspectiva. Isso começa a mudar, quando por meio de alguns amigos que cursavam Serviço Social, despertaram-me uma fagulha de interesse. A aproximação foi árdua porque até o momento, não conseguia compreender o que era estudar – ou ao menos tentar. Disso, agradeço ao Ícaro (que por ventura, finalizou o TCC neste semestre comigo, compartilhando dos últimos surtos nesse período final de escrita), Brunoka, Mayarinha, Aline Holanda, Gabriel e outros/as que nessa época, me despertaram para essa possibilidade, mesmo sem saberem. O engraçado desse período é que influíram neste interesse a partir questões controversas que aqui não podem ser citadas, e que no meio de tanta loucura, abriu um rumo novo em minha vida.

Depois desse período, já melhor estabelecido no curso, não posso deixar de agradecer certas pessoas por terem compartilhado todos os percalços da graduação – e da própria universidade –, como Giulia, Clarissa, Daniboy, Vitão, Sieben, Mirela, e outras pessoas que em maior ou menor grau, sempre me motivaram, apoiaram e foram importante nesta trajetória. Para vocês, estou sempre disposto a ter uma conversa franca enquanto fumo um tabaquinho, como de praxe.

Agora, e partindo de uma linha cronológica, deixo registrado duas pessoas que foram cruciais nesse processo para me influenciar a estudar mais e mais – apesar de ainda não conseguir –, que são: Ricardo Lara e Aline Justino. Suas aulas foram um marco individual, me fizeram abrir o horizonte, despertar uma raiva e outros sentimentos que foram essenciais para não parar no meio do caminho. Em especial para Aline, que fui monitor enquanto ela era professora substituta e até hoje carrego uma amizade, um amor imenso por essa mulher. Se um dia eu for 25% do que tu és, ficarei satisfeito. És inigualável! E ao Lara, além de todas as conversas de corredor, tuas aulas são combustíveis para seguir nesse rumo!

Dos amigos de fora da universidade, não posso deixar de registrar um carinho, apreço e amor pelos amigos Felipe e Kadu. Mesmo que estes sejam, digamos, amigos da loucura, tenho certeza que permaneceremos amigos até o fim. Rapaziada, vocês são caco mas são meus amigos do peito! Pro Maurício, que também me influenciou a entrar no curso de Serviço Social, e também é da *tchurma*, agradeço por tudo! Amo vocês! *Sazax!!!*

Não entrando em muitos detalhes do resto da trajetória, preciso deixar um agradecimento para o Coletivo Veias Abertas que foi fundamental nos meus estudos nos

últimos 3 anos – possibilitou permanecer em dois projetos de pesquisa, e no campo de estágio que participei. Continuem firmes! E por isto, gostaria de agradecer as meninas que me acompanharam no estágio: Duda, Hadassa, Mavi, Bruno (ainda que breve), Dyullia, Amanda e todo mundo que foi somando na Assessoria do FEPAS/SC. Vocês todas foram importantes nesse período e somaram junto, mesmo que passando raiva com algumas questões inerentes à dinâmica do controle social na política de assistência social.

Aqui vai um agradecimento especial para a Helô, que acompanhou todo esse processo de estágio e nunca perdeu o rigor quando necessário – mesmo com desentendimentos pelo caminho. E isso foi necessário para minha trajetória, eu sei que tu sabe, Helô! E agradeço demais por todos os ensinamentos, e espero também que possamos traçar um novo caminho pela frente na pós-graduação!

Dilce, com certeza minha trajetória até aqui não teria sido a mesma se não tivesse a sorte de ter entrado contigo no primeiro ciclo do projeto de pesquisa, seguindo para o estágio e depois na orientação deste trabalho. Não posso deixar de pedir desculpas por tudo que não alcancei nesses ciclos, e também de ti, faltam palavras para te agradecer, do quão importante fosse, és e ainda será nesse caminho! Obrigado por não ter largado de mão nos momentos que poderia ter feito. E obrigado por me inspirar tanto a ser o profissional que almejo, e mais que isso, buscar sempre melhorar diante das condições postas, e muitas vezes até ver um potencial que nem mesmo acredito ter. Com certeza sem você nesse processo, talvez nem chegasse até aqui. Gracias!!!

E Pablo, com certeza a graduação não teria sido a mesma sem termos tornados amigos. Muito obrigado por tudo! Seja pelas críticas, risadas, choros, vinhos e cigarros, por tudo. Tu nem imagina o quanto me inspira, e espero que nossa amizade permaneça até os últimos dias de nossas vidas. Em ti, tenho fé!

Para a família, agradeço o apoio de subsistência dos meus pais até aqui. E nos últimos tempos, um agradecimento especial para a Tutu, Tia Rose e Guiga por todo o apoio com este trabalho. Apesar de todos os pesares, amo vocês!

Por fim, para a Elisa, você me fez mudar e ainda faz, sempre para melhor. Me estimula como ninguém. Faz meu coração acelerar e meus olhos lacrimejar perante a vida, visualizar novas possibilidades. Se possível, contigo quero seguir até o fim, porque te amo demais! Sendo realista, mesmo se um dia tomarmos caminhos diferentes, sempre guardarei um amor enorme por ti, admiração que não tenho por tantas pessoas como por você... Mas uma coisa eu sei: por ti, quero fazer o possível e o impossível para permanecermos juntos, até o fim de nossos dias. Te amo demais!

E para todo mundo que cruzou o caminho até, e influenciou direto ou indiretamente,  
meu muito obrigado!

*Y hablo de países y de esperanzas  
Hablo por la vida, hablo por la nada  
Hablo de cambiar ésta, nuestra casa  
De cambiarla por cambiar, nomás*

Fito Paez - Yo Vengo a Ofrecer Mi Corazón

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo principal apresentar algumas aproximações sobre o debate do Estado e suas principais funções e características, e a trajetória e materialização dos direitos sociais e políticas sociais, a partir da tradição marxista, e em especial, da Teoria Marxista da Dependência. A metodologia utilizada para este trabalho foi de revisão bibliográfica em torno deste tema. Partindo disto, é discutido as principais características e funções do Estado no capitalismo dependente e também, suas funções a partir da era dos monopólios. Em seguida, foi feito um percurso acerca da constituição dos direitos e políticas sociais no Brasil para, por fim, remeter a uma reflexão crítica do sentido das políticas sociais dentro do espectro do capitalismo dependente.

**Palavras-chave:** Estado; Capitalismo Dependente; Direitos Sociais.

## **ABSTRACT**

The main objective of this work is to present some approaches to the debate on the State and its main functions and characteristics, and the trajectory and materialization of social rights and social policies, based on the Marxist tradition, and in particular, the Marxist Dependency Theory. The methodology used for this work was a bibliographic review around this topic. Based on this, the main characteristics and functions of the State in dependent capitalism are discussed, as well as its functions from the era of monopolies onwards. Next, a journey was made about the constitution of rights and social policies in Brazil to, finally, lead to a critical reflection on the meaning of social policies within the spectrum of dependent capitalism.

**Keywords:** State; Dependent Capitalism; Rights Policies.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 O ESTADO: CONTEÚDO, CARACTERÍSTICAS GERAIS E OUTROS PERCALÇOS</b>	<b>10</b>
2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA SE PENSAR O ESTADO	10
2.2 ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS QUE INFLUEM NA QUESTÃO DO ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE	12
2.2.1 APROXIMAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE DO ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE	20
2.3 CAPITALISMO MONOPOLISTA E AS FUNÇÕES PARA O ESTADO	24
<b>3 DIREITO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: BREVE ESBOÇO ACERCA DA CONCEPÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA</b>	<b>34</b>
3.1 DIREITOS SOCIAIS NA RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO	34
3.2 APROXIMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS SOCIAIS E O ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE	49
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ainda que não chegue no ponto almejado da compreensão histórica e teórica necessários para melhores análises, da abstração e da exposição de categorias da Crítica da economia política e do próprio método em Marx como algo que não sirva apenas para trabalhos acadêmicos, e sim guie para a práxis inscrita no cotidiano – e ainda que este cotidiano seja cada vez mais difícil para toda classe trabalhadora –, este trabalho é fruto de casualidades e causalidades (ou simplesmente de *causos* que ultrapassam minhas possibilidades).

O tema principal deste trabalho é o Estado. Porque este no cotidiano se mostra de diversas formas como um ente mistificado, quase como algo metafísico, invisível a olho nu – apesar de que ele é enxergado a partir das instituições públicas consolidadas –, como algo não alcançável. O que, na verdade, se caracteriza mais como um senso comum, ainda que essa visão seja muito permeada e reproduzida nos meios acadêmicos. O Estado é de fato, uma expressão histórica consolidada por um determinado modo de produção, a partir das relações sociais decorrentes deste.

Portanto, a partir da tradição marxista – e em especial: a escola da Teoria Marxista da Dependência, o objetivo geral deste trabalho é apresentar algumas aproximações com o debate sobre o Estado, suas funções e características, e a trajetória da materialização dos direitos sociais no Brasil.

O *guiar* metodológico deste trabalho expressa-se a partir de uma revisão bibliográfica, primeiro na busca por compreender e problematizar a relação do Estado no capitalismo dependente – seguindo de aproximações e problematizações das funções do Estado a partir da era do capitalismo monopolista, onde aparecem novas formas na relação deste com o resto da sociedade. Dessas formas, decorreu-se para a discussão da constituição dos direitos sociais e das políticas sociais no Brasil, refletindo em como o Estado foi realizando tais direitos. Por fim, ainda que brevemente, inflexionamos novamente para a discussão da dependência, atrelada às políticas sociais, enquanto reflexões sobre esta problemática à luz do que foi discorrido acerca do Estado.

A motivação que guia este trabalho é causa de *causos*: se iniciou pela aproximação com tal temática a partir de um projeto de pesquisa inserido no Grupo de Estudos e Pesquisa “Trabalho e Política Social na América Latina: Coletivo Veias Abertas”, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Apesar de ser um tema denso e espinhoso, este tema sempre causou instigações no autor deste trabalho. Portanto, este

trabalho é fruto da possibilidade que se originou em setembro de 2020, na inserção neste grupo e nos projetos de pesquisa participados pelo autor. Apesar da relação conflituosa com o tema, e também que isto é só um início no percorrer do tema; ou seja, ainda tem muito a ser estudado neste tema e que o autor é ciente das debilidades e contradições deste trabalho –, julgamos que aqui podem ser encontrados alguns elementos interessantes para construir um debate acerca do Estado, a partir de uma perspectiva crítica.

## 2 O ESTADO: CONTEÚDO, CARACTERÍSTICAS GERAIS E OUTROS PERCALÇOS

Dentro do panorama teórico do Serviço Social, a questão do Estado sempre se fez presente: seja pelas discussões acerca diretamente de sua institucionalidade perante as relações sociais, ou pelas formas que este tomou no decorrer do tempo. Mesmo que ainda não existam certos consensos sobre as características, funções e papel do Estado no âmbito do Serviço Social, nosso intento aqui é fazer uma discussão com demarcações específicas. Ainda que deixe de ser abordado alguns elementos, nosso intento para este capítulo é abordar suas características gerais, seu conteúdo, algumas de suas funções, a partir da ótica da dependência firmada por autores marxistas que são constituintes da escola da Teoria Marxista da Dependência – ainda que outros não participaram desta e inicialmente, mas carregam seu legado de uma forma ou outra. Mas, não podemos deixar de sinalizar que também nos apoiaremos na leitura acerca da era dos monopólios – que começa a ter uma maior materialidade a partir do início do século XX –, para no próximo capítulo, abordarmos, de maneira geral, a constituição dos direitos sociais e das políticas sociais no Brasil.

### 2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA SE PENSAR O ESTADO

A relevância do Estado na sociabilidade em que estamos inscritos conseqüentemente é a relevância de trabalhar a questão do Estado. Marx define muito bem o sentido do Estado como mediador que, em seus próprios papéis, acaba por ganhar uma posição autônoma frente à sociedade, ainda que permaneça como reflexo desta:

O Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem. Cristo é o mediador sobre o qual o homem descarrega toda a sua divindade, todo o seu envolvimento religioso, assim como o Estado é o mediador para o qual ele transfere toda a sua impiedade, toda a sua desenvoltura humana. (MARX, 2010, p. 39).

Ou seja, ainda que ganhe um sentido emancipado do gênero humano inserido em classes, ele nada mais é do que o reflexo humano dividido em classes. Este ponto é crucial como propósito de pesquisa, pois demonstra a necessidade de desmistificação do Estado, para que na sua universalidade seja descrita as particularidades daí existentes<sup>1</sup>. Demonstra-se

---

<sup>1</sup> Sobre essa cinzenta questão de mistificação que o Estado assume como ente destacado da sociedade, Marx revela aí a dialética de seu papel mistificado: “só assim, pela via dos elementos particulares, é que o Estado se constitui como universalidade” (MARX, 2010, p. 40).

também, na citação acima, a mediação política expressada de que o Estado se encontra enquanto força. Nas investigações marxianas, ao longo de sua trajetória intelectual, a questão do Estado se torna problemática urgente, desde o jovem ao velho Marx. Percebe-se, por exemplo, a centralidade que o Estado assume na temática d’*Os Despossuídos* e, também, no capítulo 24 do Livro I d’*O Capital*<sup>2</sup>.

É justamente como manifestante das contradições societárias que este incorpora como expressão que surge o Estado como aparato – historicamente, a favor de uma classe específica. Isso põe para nós um ponto chave, uma vez que em sua própria forma o Estado condensa como expressão, as contradições que se movem na realidade e sua forma de resolver os conflitos nessa própria realidade estruturada em classes. Portanto, o Estado adquire em sua materialidade um caráter de universalidade, e não apenas como manifestação fenomênica falseada. Torna-se, então, ao mesmo tempo, particularidade e universalidade. Pesquisar a questão do Estado transforma-se, portanto, na análise das expressões mais gerais condensadas numa forma política – e como tal, dentro dessa condensação, a forma econômica não o é dissociada desta anterior.

Porém, como o método de investigação é sempre distinto do método da exposição para o método marxiano (KOSIK, 1976), o ponto de partida é sempre distinto. Trata-se, então, de esmiuçar o mais geral, chegando ao particular, analisando suas determinações, para então compreender o geral como um múltiplo de determinações coesas<sup>3</sup>. Deste modo, discutir o Estado é discutir a totalidade da vida política, em sua forma condensada, como uma das tantas expressões da luta de classes. E para desvelarmos as particularidades presentes nessa totalidade densa, é que necessitamos tanto das análises e pesquisas acerca do Estado como da relação em que este interfere e desenvolve um papel central para pensar o desenvolvimento econômico latino-americano – e conseqüentemente, brasileiro.

A justificativa de que pretendemos nos aprofundar para este trabalho contará, também, com as análises latino-americanas (ainda que seja resumidamente em seus aspectos gerais) – é porque como sinalizado anteriormente, em questão de método é necessário tal percurso para compreendermos suas múltiplas determinações desde o mais geral às suas particularidades. O panorama da América Latina carrega, historicamente, características gerais sobre a formação de cada Estado circunscrito neste continente – sendo assim, o Brasil carrega expressões universais daquilo que podemos entender enquanto funções gerais de um Estado nacional,

---

<sup>2</sup> Característica importante é as formas que o Estado assume no *Manifesto do Partido Comunista* e a necessidade de sua conquista para a superação da ordem burguesa.

<sup>3</sup> “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é unidade do diverso” (MARX, 2008. p. 258).

assim como particularidade de um Estado dentro do espectro latino-americano, e também, algumas particularidades que se expressam direta ou indiretamente na questão social<sup>4</sup>.

Portanto, aqui necessitamos abrir uma pequena inflexão teórica para destacarmos algumas questões em que iremos nos basear – para consecutivamente, nos aproximarmos do que entendemos enquanto Estado. Por fins expositivos, pretendemos aqui partir de uma categoria específica onde essa, a partir deste ponto, nos servirá como *eixo dinamizador* – por ela relacionar-se em maior ou menor grau com outras categorias e sub temas, e também por conta dos autores estudados e expressos neste trabalho terem maior ou menor aproximação. Antes de iniciarmos, salientamos que as categorias que serão trabalhadas, partirão primeiro de um autor/a específico e que consideramos que dá as bases para o entendimento de determinada categoria, e a partir desse, relacionarmos com os outros que discutem e seguem a mesma linha de raciocínio ou similar – ou até contrários a esta. Iniciaremos então, com a categoria *dependência* a partir de Ruy Mauro Marini.

## 2.2 ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS QUE INFLUEM NA QUESTÃO DO ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Na sua obra de maior renome, intitulada “Dialética da dependência” (2000), Marini dará as bases para o que entendemos como dependência<sup>5</sup>. A partir da independência política (ou formal) das nações latino-americanas, que concomitantemente adentram no mercado mundial como nações que exportam mercadorias primárias (ao exemplo de minérios e produtos agrícolas), a América Latina entra na divisão internacional do trabalho com este papel majoritariamente exportador – e isto irá determinar o sentido do seu desenvolvimento neste continente. Então, com toda sua sagacidade, Marini explica que:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em

<sup>4</sup> Uma pequena observação: enquanto falarmos da América Latina como sendo um panorama geral (e ao mesmo tempo particular em relação aos Estados do centro do modo de produção capitalista), estamos também compreendendo o Brasil circunscrito nestas manifestações fenomênicas que datam de um período histórico em que começam a desenrolar com maior potencialidade a partir do século XIX.

<sup>5</sup> Temos plena noção que esta categoria não foi criada por este autor, e também não o é o primeiro a expô-la para o debate teórico. Porém, para nós é o autor que eleva a crítica da dependência para outro nível, que coloca a dependência como principal fator do subdesenvolvimento – explicando como o ciclo da dependência desemboca no subdesenvolvimento, e não igual a saída de autores filiados à perspectiva desenvolvimentista, que coloca ao contrário, que o subdesenvolvimento que leva a dependência.

cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2000, p. 109)

Para isto, o autor faz algumas mediações acerca do desenvolvimento do capitalismo europeu – em especial, na Inglaterra – para explicar como a América Latina teve papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo no centro. Porém, na medida em que esta alocação na divisão internacional do trabalho, com o escoamento de riquezas socialmente produzidas por meio de seu caráter exportador, e por diversas outras questões particulares de cada nação deste continente, o desenvolvimento das forças produtivas na periferia é relativamente menor do que ao centro do sistema – e isto influi em um desenvolvimento do mercado interno diferente quando relacionado às nações centrais. Portanto, isto será determinado enquanto um caráter muito específico para o modo de produção capitalista na América Latina.

Um dos fatores mais importantes que reproduzem tal relação, exposta por Marini, é que esse baixo nível do desenvolvimento das forças produtivas que, concomitantemente, desenvolve as forças produtivas dos países centrais, inculca numa troca desigual no mercado mundial, com prejuízo para as nações todas as periféricas – em especial, no nosso caso, as latino-americanas. Este processo de reprodução em âmbito global, por sua vez, reproduz não somente as bases de desenvolvimento dos países centrais, mas como também dá bases de sustentação e reprodução da dependência latino-americana.

Frente a essa troca desigual, os países latino-americanos precisam buscar mecanismos de compensação, a fim de superar a deterioração dos termos de troca – perdendo de vista que a grande questão é a perda de valor no processo de sua distribuição no mercado mundial. Um dos mecanismos que estruturam essa forma de compensação nos países dependentes latino-americanos é a superexploração da força de trabalho, categoria esta desenvolvida por Marini que traduz o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor, ou melhor, na linha do mínimo necessário para sua reprodução ou até abaixo.

A superexploração da força de trabalho pode ser analisada, na prática, na relação da expectativa de vida da classe trabalhadora dos países centrais frente aos países dependentes, por não existirem condições para sua reprodução, advindas de outros fatores. Este mecanismo – a superexploração da força de trabalho – é correlato a outros que buscam aumentar a produtividade do trabalho, tendo em circunstância o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas aqui presentes, e para isto, o autor expressa que:

[...] os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva [...] É necessário observar além disso que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2000, p. 125-126).

Consequentemente, a questão da superexploração da força de trabalho é uma categoria que compõe nosso eixo dinamizador, tendo em vista que dependência e superexploração andam de mãos dadas – uma retroalimenta a outra, apesar de que a dependência é o fator preponderante dessa questão. Mesmo que já esteja posto perante o próprio capital, as duas categorias esboçadas acima (dependência e superexploração da força de trabalho), fomentam um espectro não realizador dos potenciais humano-genéricos para os povos latino-americanos.

O processo de reprodução da economia e sociedade dependente latino-americana invoca, na sua própria maneira de reproduzir tal arranjo, os elementos que configuram toda a sociabilidade dependente ao nível das relações sociais. Isso significa que a dependência ordena e reordena o *modus operandi* de tal reprodução social. No que diz respeito às classes sociais, é singular a análise de Bambirra (2019), que circunscreve as classes dominantes aqui presente – classes essas que dão o motivo e o sentido do processo de produção dependente – como classes “dominantes-dominadas”. Tal categorização não se refere apenas ao âmbito estritamente econômico, mas também à conformação de uma dependência política que atue em cima disso – pela falta de possibilidades dentro do ajuste arranjado. Entretanto, mesmo que exista um caráter conservador próprio dentro da particularidade da dependência, tal conformação se dá prioritariamente também pela busca da realização de lucros dentro deste ajuste arranjado. Contudo, sobre a submissão política no processo da dependência, Bambirra (2019) expressa tal questão com a seguinte passagem:

Esta submissão política, porém, deve ser entendida em função da ausência de alternativas para a continuidade e sobrevivência do processo de desenvolvimento capitalista. Se tivesse sido possível que o processo de industrialização seguisse seu curso autonomamente, mas mantendo o capitalismo, as burguesias nacionais seguramente teriam preferido essa alternativa e atuando em função dela. Pode-se dizer até mesmo que o tentaram sempre que possível, através das políticas de cunho nacionalista de alguns governos, cujo resultado foi um profundo fracasso, a

compreensão dessa situação que levou as classes dominantes latino-americanas, em especial através de seus setores mais lúcidos e consequentes, a aceitar a inexorável situação de classes dominantes-dominadas, como a única forma de manter o sistema de exploração, abrindo as portas da economia dependente para a penetração e domínio do capital estrangeiro. Frente a isso, a alternativa, única e indiscutível, é o socialismo e, obviamente, esta alternativa é por princípio descartada pelas classes dominantes (BAMBIRRA, 2019, p. 145).

Ou seja, trata-se de classes dominantes que, por seu papel na divisão internacional do trabalho, estão presas às amarras da dependência e este fator mobiliza toda a sua atuação enquanto personagem histórica e social de todo o processo. Sendo assim, a estrutura de dominação de classe orienta-se como uma “amálgama de poder” – e conseqüentemente, o Estado não deixa de ser um mero instrumento que serve para representar e dominar a partir dos interesses fundamentais das classes dominantes e, em especial para a autora, os proprietários dos meios de produção industrial (BAMBIRRA, 2019)<sup>6</sup>.

É por isto que a pertinência da temática do Estado se mostra na medida em que este é um dos grandes vetores que movimenta a sociabilidade dentro das relações de produção e reprodução da vida na qual estamos inscritos – ou seja, esta é a relevância de pesquisar, debater, disputar teórico-politicamente com vistas a firmar bases que nos façam atuar e pensar tal tema na concretude da realidade. Tal qual Marx faz notar que “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco” (MARX, 2008, p. 264); que diz respeito ao mais complexo ser a chave para explicar o menos complexo –, a dependência é categoria condutora para explicar as questões que constituem os Estados na América Latina. Para isto, precisamos sinalizar brevemente questões que dizem sobre o desenvolvimento geral deste continente em relação ao panorama mundial de desenvolvimento do capitalismo – atrelado a uma breve síntese sobre o Estado.

Desse modo, devemos fazer uma segunda e breve inflexão acerca das características gerais do Estado (ainda que seja em um nível de abstração). Aqui não temos a intenção de buscar nos clássicos da ciência política acerca das características, do conteúdo e da natureza que dão sentido à formação e funcionamento de um Estado, pois entendemos que Kaplan (1974) consegue sintetizar essa questão na seguinte passagem:

---

<sup>6</sup> Podemos sintetizar aqui que, para Bambilra (2019), a “amálgama de poder” significa que mesmo com alguns setores estratégicos terem predominância no direcionamento político-econômico, – ao exemplo da burguesia industrial – tal setor não será exclusivo para a elaboração de uma orientação específica. Outros setores, como as próprias oligarquias que perderam espaço econômico (ou como muitos expressam, perderam seu poder *hegemônico*), ainda terão resguardados uma influência significativa sobre tal direcionamento. Não é à toa que com o caráter da dependência já assegurado, os principais setores dentro do imperialismo terão influência e até interferência direta (ou indireta) nos países de capitalismo dependente.

O Estado não é expressão de uma racionalidade transcendente ou imanente à sociedade, mas seu produto, seu modo de expressão e organização, sua síntese oficial e simbólica. Historicamente, parece ir emergindo e se impondo a partir do momento em que uma sociedade alcança certo grau significativo de desenvolvimento. Supõe a preexistência de condições em que a divisão de trabalho e funções, a gama de conflitos entre classes e grupos, a luta pelo controle e exercício exclusivo do poder levam à cisão da sociedade em unidades separadas, em interesses particulares e interesse geral, o público e o privado, a comunidade e o indivíduo, com a emergência e agravamento de antagonismos irreconciliáveis e violentos e de ameaças externas que atentam contra a coesão e a própria existência da sociedade. (KAPLAN, 1974, p. 19)

Também a partir disto, o Estado não deixa de ter um duplo caráter. Percebe-se que a partir da análise colocada acima, o Estado tende a cumprir as funções impostas pelas classes dominantes, ao mesmo tempo que não consegue se esgotar nelas, pois – a partir de determinados momentos históricos que se agudizam com a conjuntura socioeconômica – deve manter a aparência de ente suprasumo da vida social.

O ponto aqui frisado é que as bases estruturais de cada sociedade vão dar forma e realizar o Estado (e outros processos, sistemas considerados superestruturais, – como os sistemas políticos e jurídicos de cada Estado) enquanto resultado destas, e não o contrário. Tampouco o Estado é apenas mero fenômeno daquilo que o estrutura, porque a partir de um determinado momento em que o Estado está estruturado com certo grau das condições que o asseguram (como um aparato burocrático consolidado, seu processo de legitimidade, legalidade, sua institucionalização, e aquilo que deveriam ser suas funções para gerir o tão aclamado Estado de bem-estar social que não se materializou nos países latino-americanos), mesmo esse Estado respondendo direto ou indiretamente a interesses de certas classes dominantes, ele também necessita assegurar um certo grau de relativa autonomia dentro do arcabouço que ele possui. E mesmo que ele funcione apenas aparentemente enquanto ente superior, autônomo e com relativa autonomia, é necessário que execute essa feição para não ser compreendido pelas classes antagônicas daquelas em que ele favorece enquanto mero instrumento das classes dominantes, mesmo não deixando de ser (KAPLAN, 1974).

Retornando para a questão do Estado dentro do panorama latino-americano e suas características gerais, Fernandes (2009) desenvolve acerca da integração latino-americana ao circuito mundial de acumulação de capital, que a partir das grandes navegações, tendo por início no processo de saqueio de riquezas, e levando para o continente europeu, com o tempo chegam as grandes empresas corporativas em nosso continente. A partir disso, o autor faz uma síntese dos processos de dominação que permearam a América Latina no seu processo de integração e consolidação para com o mercado mundial, repartindo em quatro fases principais, sendo estas: a) o sistema colonial e sua crise que rumou aos processos de

independência política dos países latino-americanos; b) o neocolonialismo, que abriu alas para a acumulação de capital para os países centrais; c) a dominação imperialista externa que inicia a consolidação do capitalismo dependente<sup>7</sup>, e; d) o capital monopolista e/ou imperialismo total.

Claro que o autor não para por aí, Fernandes (2009) coloca também alguns requisitos para essas formas de dominação, como a necessidade de uma estrutura arcaica para exportação-importação de mercadorias, e também de uma dominação burguesa interna que reproduza tais padrões de relação. Portanto, a partir desta fase de imperialismo total que o autor coloca, o mesmo reforça que os Estados Unidos da América, passa a desempenhar a força motriz do imperialismo deste continente – agora não apenas com as questões econômicas que reforçam o caráter da dependência, mas com todo um aparato ideológico por trás que corrobora para manter esta ordem, seja por meio de empresas, por meio da educação, por meio do desenvolvimento tecnológico e outras mais.

Florestan Fernandes (2009) ainda aponta que o imperialismo hegemônico norte-americano estava fadado a se transformar, por ser uma estrutura que em si, não pode se sustentar por muito tempo. Então, sinaliza para duas possíveis alternativas, que grosso modo, seriam: a) revolução dentro da ordem, que como quase todo processo latino-americano se dá pelo alto, onde se geraria um capitalismo de Estado, ou; b) revolução fora e/ou contra a ordem, que seria partindo dos explorados e de orientação socialista, que segundo as palavras do próprio autor:

A outra resposta alternativa só pode surgir de uma rebelião popular e radical, de orientação socialista. A estranha combinação de uma ampla maioria de gente destituída, miserável ou quase miserável, a uma exploração externa implacável e uma péssima utilização interna da riqueza, por minorias privilegiadas, gera um componente histórico imprevisível. A explosão social não é planejada com antecipação. Como em Cuba, ela pode sobrevir inesperada e dramaticamente. A estrutura da sociedade e suas permanentes condições de anomia contêm os ingredientes básicos da desintegração: quando as forças da rebelião são liberadas, a ordem social não pode funcionar como um fator de autopreservação e autorregeneração, porque ela não é desejada sequer pelos que tiram proveito das desigualdades e iniquidades existentes. A última alternativa, sem dúvida, abre caminho para a realização dos padrões mais elevados da razão humana e para a liberação real das sociedades latino-americanas. Todavia, ambas as soluções poderiam dar início a novas vias de elevação da América Latina, na direção de uma história de povos livres e independentes. (FERNANDES, 2009, p. 39).

---

<sup>7</sup> Neste ponto, o autor salienta algo muito importante, que o desenvolvimento do capitalismo para Europa e EUA em sua chamada “idade do ouro”, foi possível apenas por meio da dominação dos países aqui subdesenvolvidos, em especial os do nosso continente. A partir deste período com o desenvolvimento do capital financeiro, pode-se substituir o sistema de exportação-importação, podendo injetar o capital financeiro aqui e controlar de fora a maioria dos países do continente latino-americano (FERNANDES, 2009).

Avançando nesta exposição, necessitamos trazer para o debate algumas breves contribuições de Agustin Cueva, que mesmo por vias um pouco diferentes, sinalizam convergências importantes com o que foi exposto de Florestan Fernandes até o momento. Cueva (1983) reforça para a importância que teve os processos de independências política para os países latino-americanos, mas, com o viés de formalizar a entrada destes na divisão internacional do trabalho<sup>8</sup>. Outro ponto chave que o autor coloca – e que corrobora com o já exposto acima – é a acumulação primitiva ser gerada nas colônias e evacuada para as metrópoles da época, onde lá transformadas em capital, conseqüentemente geram o que o autor irá colocar como *desacumulação primitiva* para nosso continente – e assim, processando o caráter dependente para a América Latina<sup>9</sup> (CUEVA, 1983).

Cueva salienta um ponto interessante sobre a inserção das economias latino-americanas já no período imperialista, em que precisava ter consolidada dentro destas, todo um aparato das relações de produção que também gerasse uma acumulação primitiva interna, ainda que débil devido ao escoamento dos *superlucros* e do próprio intercâmbio desigual entre centro x periferia. Nisso, o autor traz uma análise acertada quando coloca que este tipo de relação – das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho no período de escalada ao imperialismo, coloca o continente em um local bem específico dessa divisão, onde

[...] aqui não se tratava de “fabricar fabricantes” e acelerar desta forma o desenvolvimento industrial, e sim de construir uma economia primário-exportadora “complementar” para o capitalismo industrial nas metrópoles (CUEVA, 1983, p. 71).

Não podemos deixar de apontar que nesse desenvolvimento todo, ocorreram particularidades em cada país, porém, as linhas gerais de desenvolvimento da dependência para a maioria dos países latino-americanos, se não são as mesmas, são similares em quase sua totalidade. Agora, no que os dois autores trabalhados até o momento convergem (FERNANDES, 2009; CUEVA, 1983) em um aspecto que não pode deixar passar, é a necessidade das estruturas econômicas se modernizarem neste processo, porém, com formas

---

<sup>8</sup> Neste aspecto, Fernandes pode não usar os mesmos termos e modo de exposição que Cueva, porém, coloca diversos aspectos para chegar nesta mesma conclusão ou muito similar. Seria uma desonestidade intelectual de nossa parte não sinalizar esta breve similaridade.

<sup>9</sup> Cueva colocará que junto a este processo de *desacumulação primitiva* para nosso continente, a *herança colonial* terá significativo peso para que tais nações se reconfigurem neste processo de entrada na divisão internacional do trabalho. E ainda sinaliza: “Se em algum lugar se há de buscar o “segredo mais recôndito” de nossa debilidade inicial, é, pois, nesse plano estrutural” (CUEVA, 1983, p. 26).

e/ou conteúdos arcaicos, que acaba por virar uma *regra* interna às relações de produção<sup>10</sup>. Portanto, o processo de tais economias inserirem-se no sistema capitalista a partir de tais relações, será o processo de desenvolvimento de contradições inerentes das particularidades latino-americanas.

Todavia, voltando um pouco neste processo histórico e temporal, não podemos deixar de fazer duas sinalizações, brevemente. A primeira refere-se, genericamente, ao sistema colonial, em que este (a partir da dominação espanhola e portuguesa) é um dos pilares que integram a América Latina na “história universal”<sup>11</sup>. Porém, é a partir deste pilar forjado no sangue que a pátria grande inicia seu processo de integração mundial, fadada ao subdesenvolvimento e a dependência. Para isto, Kaplan sistematiza muito bem quais os reais interesses da colonização:

As motivações mais profundas e decisivas da conquista e colonização não foram a cruzada religiosa, moralizadora e humanista, nem a sede de heroísmo e fama. Estes elementos, embora presentes, encobrem e reforçam as motivações reais: aquisição e acumulação de metais preciosos, terras, matérias-primas e mão-de-obra, para satisfazer os apetites e necessidades da monarquia absoluta, os grupos dominantes da metrópole, os conquistadores, as potências européias em ascensão e o mercado mundial. A dominação e a exploração estarão motivadas em última e decisiva instância pelas necessidades de produção, comércio, acumulação e inversão dos países capitalistas avançados e do novo sistema internacional em marcha. As sociedades latino-americanas serão desde o início dependentes e subdesenvolvidas, mas não feudais<sup>12</sup> (KAPLAN, 1974, p. 54).

E para tal ação, o autor explicita como ocorre o denominado “pacto colonial”, onde a Coroa espanhola estrutura um sistema mercantil rígido que, sob uma intensa fiscalização, faça que este país detenha um monopólio neste âmbito entre os outros países vizinhos que ali estavam se desenvolvendo – e claro, os outros desenvolvendo-se também sob as garras coloniais e/ou escravistas.

---

<sup>10</sup> Aqui não iremos esmiuçar tal questão, mas basicamente corresponde sobre as forças produtivas serem atrasadas tecnologicamente frente aos países centrais – de certa forma, forçados a isto – para o rebaixamento dos preços das mercadorias exportadas aos países da metrópole. O que também não significa que estamos negando que atualmente no Brasil, não exista um avanço tecnológico em certos setores produtivos do capital – porém, em sua forma geral, ainda o que rege no Brasil e em outros países latino-americanos, um impeditivo de fora para dentro em não desenvolver (no âmbito tecnológico) as forças produtivas daqui.

<sup>11</sup> Deixemos explícito o entendimento de que a tal “história universal” é fundamentada estritamente em um etnocentrismo europeu.

<sup>12</sup> Apesar de que para este momento tal questão é periférica, Kaplan expressa uma lucidez teórico-metodológica, quando não o faz como muitos outros autores fizeram (inclusive alguns de renome dentro do marxismo brasileiro e/ou latino-americano), em transpor para nosso continente um modo de produção específico que não se encontravam elementos na materialidade concreta para tal definição. Também não nos cabe no momento partir para o debate de que se aqui na América Latina – ou no Brasil – foi fundamentalmente um sistema colonial e escravista (ou uma mistura dos dois), mas concordamos veementemente com Kaplan que aqui não foi um modo de produção feudal – e o esteve longe de ser por suas condições histórico-concretas.

Indo nestes aspectos, mas pensando brevemente sobre a particularidade brasileira – e aqui referenciando-se à segunda sinalização – Clóvis Moura nos dá um aporte fundamental que também auxilia na compreensão da dependência e subdesenvolvimento. Moura (2020) nos dá um simples exemplo de um aspecto importantíssimo, no caso do capital inglês introjetado no Brasil com a “pretensão” de o modernizar, porém, – e mesmo neste período, década de 1850 (em que Moura classificou como *escravismo tardio*), com o país já independente – ainda existindo força de trabalho escravizada<sup>13</sup>.

### 2.2.1 APROXIMAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE DO ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Continuando sobre o tema do Estado no capitalismo dependente, Jaime Osório nos dará alguns apontamentos cruciais para entendermos a atualidade deste debate. O autor coloca que existem dois processos que constituem o Estado no capitalismo dependente, resumidamente sendo estes: a) a relação de dependência, e; b) a superexploração da força de trabalho como determinante entre as relações de classe (OSÓRIO, 2019).

Porém, aponta para um outro fenômeno acerca do Estado, que com a relação de dependência, este se torna subsoberano na medida em que é condição intrínseca a subordinação e/ou associação dos Estados e economias subsoberanas em relação àqueles Estados ditos soberanos que já são solidificados ou que detêm o poder imperialista no quadro da divisão internacional do trabalho. A questão dessa subordinação e/ou associação se reflete como condição para tais Estados, e não mais como entrave (OSÓRIO, 2019). Outro apontamento que está na ordem do dia, é sobre como o autor coloca que o aparato do Estado dependente radicaliza uma força repressiva que está sempre em apoio às classes dominantes locais, e que, junto com uma despolitização quase que planejada da classe trabalhadora em geral, tal aparato ganha uma legitimidade.

Importante destacar o que o autor trata sobre dois momentos importantes para os Estados latino-americanos, que seriam o Estado desenvolvimentista – que mantém as bases de exportação de mercadorias primárias e aí, fortalecendo o vínculo de frações da burguesia (em especial, burguesia fundiária e industrial) com o Estado e em um primeiro momento tenta

---

<sup>13</sup> Nessa questão, existem alguns debates acerca de como podemos categorizar os modos de produção que já existiram no Brasil. Moura (2020) defende que existiu predominantemente o escravismo – e na obra aqui referenciada, ele ainda o categoriza por dois períodos principais, sendo estes: *escravismo pleno* e *escravismo tardio*. Outros autores defendem que existiu um tipo de *escravismo-colonial*. E pior ainda, alguns ousaram em defender um modo de produção feudal – totalmente incabível. Enfim, não pretendemos defender alguma tese específica aqui, mas necessitamos sinalizar que a obra de Clóvis Moura mostra questões cruciais para o entendimento das particularidades brasileiras.

expandir para uma industrialização diversificada e estendida, mas que perde vez por meio de processos internos para uma industrialização seletiva e concentrada para ramos específicos. O segundo momento, colocado como Estado contrainsurgente desemboca justamente desta mudança de tipo de industrialização (seletiva e concentrada), que tinha fortalecido frações importantes da burguesia e também, o desenvolvimento das lutas sociais (que para a época, já tinha nos operários uma forte expressão) – e claro, por todo o panorama mundial daquele momento “guerra fria”, onde *rondava o fantasma do comunismo* – grande parte dos países latino-americanos começam os processos de ditaduras militares com fortes expressões de frações da burguesia (OSÓRIO, 2019).

Mesmo com todas as questões expostas acima, o Estado no capitalismo dependente não deixa de cumprir funções cruciais para o *manter* das relações de produção. Ainda que com o passar do tempo e o fim formal das ditaduras neste continente, e início de processos de (re)democratização, o aparato do Estado ainda abre os caminhos das “novas” políticas econômicas para as classes dominantes, ao exemplo do que hoje é conhecido amplamente no debate político e/ou econômico como modelo neoliberal do mercado. Portanto, Osório, a respeito desta questão, colocará que

A “mão invisível” que regeria o mercado foi uma parte central do discurso ideológico (apoiado em paradigmas neoclássicos) empregado pelos dominantes para justificar a sujeição sobre outros interesses de classe e *para ocultar novas modalidades de ingerência estatal em seu benefício*. O suposto abandono da política (ou da politicagem) para abrir passagem para a racionalidade da economia – defendida pela tecnocracia – era na verdade uma nova forma de fazer política, mas agora dirigida para dar conta de outros interesses sociais (OSÓRIO, 2019, p. 222, grifos do autor).

Disso, destaca-se, também, a assertiva de Jaime Osório (2019) quando sinaliza o Estado na América Latina como um “Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral” que contém traços neo-oligárquicos e contrainsurgente. A característica conferida ao Estado latino-americano por Jaime Osório é resultado da forma de operacionalização deste Estado frente à dependência como ordenamento que organiza as relações sociais aqui existentes, ou seja: este Estado precisa operar além de suas características gerais presentes em todo o Estado. Para além disso, o Estado presente nas sociedades dependentes latino-americanas precisa reproduzir a dependência como aparato político, que intervém diretamente nos rumos econômicos desses países. Em vista disso, o autor manifesta que

O Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral também é resultado das disputas daquelas frações e do capital internacional investido na região contra as

políticas sociais dos governos populares e progressistas, o que leva o conjunto do capital a redobrar seus esforços no sentido de recuperar a gestão do aparato de Estado, buscando pôr fim àqueles governos e reforçar na região políticas de segurança, concebidas num sentido amplo, não apenas para fazer frente ao crime organizado ou à delinquência, mas, sobretudo, para combater as forças sociais, organizações e lideranças que questionam as políticas do capital. Trata-se, portanto, de uma resposta às exigências econômicas e políticas do capital, o que vem acarretando novas derrotas ao mundo do trabalho e aos setores populares (OSÓRIO, 2019, p. 233).

A partir disso, desenvolve-se seu caráter neo-oligárquico e contrainsurgente. O primeiro diz respeito ao modo de organização que ocorre o desenvolvimento das classes dominantes econômicas aqui operantes, e o último acerca do caráter repressor perante às organizações de massa que este Estado adquire, a fim de não variar em concessões que possam inviabilizar o processo de dependência, sendo este processo que conseqüentemente, confere a razão de ser e existência das classes dominantes-dominadas.

Na contemporaneidade, essa dependência precisa assumir sobretudo os ordenamentos político-econômicos impostos pelos países imperialistas. É exemplo direto disso a política neoliberal, como critério específico de operacionalização política da economia. No decorrer deste movimento, além de se beneficiar das características já presentes dessa organização político-econômica, – como a política de austeridade, as privatizações, contrarreformas e outras questões – como um tipo impositivo de operacionalização, há também as formas de ordenamento da própria dependência, que imprimem um quadro ainda mais nefasto para os países latino-americanos.

A despeito da mundialização do capital, a uniformidade ainda não se encontra presente na maneira de operacionalização das economias capitalistas. A dependência ainda cobra sua particularidade para os países latino-americanos. Justamente neste ponto o Estado se expressa como aparato jurídico-legal que confere o sentido da reprodução da dependência, firmando o apetite compensatório que as classes dominantes-dominadas assim exigem. Portanto, não se vê, como popularmente é assinalado nos discursos neoliberais, uma ausência do papel do Estado na economia e sociedade, mas o inverso.

O Estado precisa constantemente surgir como o grande interventor a favor do capital, a fim de consentir sua continuidade – apesar de que o enquadramento na dependência irá alterar sua forma, colocando especificidades neste arranjo. Neste sentido, toda a atuação se vale, uma vez que este elemento, isto é, o Estado, aparece na sociedade como força jurídico-legal que tem o aval para tal atuação em conformidade para e com as classes dominantes-dominadas.

A dependência, como característica estrutural e estruturante das relações sociais de produção latino-americanas, tem suas bases realizadas tanto nas características históricas de

dominação, quanto nas bases econômicas mobilizantes deste ordenamento. Ou seja, todo o processo colonial e espoliador passado, como arcabouço histórico-social que confirma essa dependência, consumado no escravismo como modo de organização do processo produtivo<sup>14</sup>, e que cobra seus efeitos no presente histórico. Entretanto, daí surgem as bases econômicas de sustentação dessa dependência. Essa última, tendo por alicerce as bases históricas de conformação, recobra e reconstitui o tempo todo o ciclo da dependência, produzindo e reproduzindo todos os elementos de sua existência como economia e sociedade dependente.

Para finalizar tal exposição e partir para o próximo capítulo deste trabalho, precisamos tecer um breve comentário. O Estado no capitalismo dependente é um núcleo central tanto para a compreensão do que se configura aqui a dependência, quanto para reproduzir tal ordenamento econômico, político e social – sem dissociar sua inserção no panorama mundial, no que circunscreve a inserção deste continente em sua maioria na divisão internacional do trabalho, na acumulação primitiva para o capital central, e para as novas formas de atuação do mercado, ao exemplo do *neoliberalismo* que moldou, está moldando e moldará ainda as políticas econômicas e sociais nos diversos países deste continente – e também à nível mundial. Indo ao nosso encontro, Kaplan (1974) sintetiza muito bem o papel do Estado, sendo este:

[...] um dos fatores que explicam o papel predominante do Estado na América Latina é precisamente a necessidade de ajustar, ordenar reciprocamente e manter em precário equilíbrio elementos heterogêneos e divergentes que configuram o desenvolvimento desigual e combinado (KAPLAN, 1974, p. 171).

Resumindo: o caráter que se dota tal Estado em sua particularidade, conformada pela sua formação sócio-histórica, é um Estado com funcionalidades específicas das determinações que influem diretamente no modelo de dependência sintetizados nos países latino-americanos. Portanto, os elementos que contém tal aparato dizem respeito à própria configuração de sua particularidade. Deste modo, certas configurações presentes no Estado em sua forma genérica de apreensão, sobretudo na análise dos modelos de Estados dos países desenvolvidos vistos nas ciências sociais, ainda que encontrem aqui sua correlação, detêm uma especificidade própria alavancada pela relação de dependência. Assim, não é apenas a dependência – que produz como resultado o subdesenvolvimento – que conforma este Estado, mas, inclusive,

---

<sup>14</sup> Essa base histórico-social que conforma a dependência foi muito bem explorada, no âmbito da América Latina, por Agustín Cueva (1983) e Marcos T. Kaplan (1974), como, no caso brasileiro, por Clóvis Moura (2020).

este Estado opera como mantenedor da dependência dentro de seus ordenamentos particulares.

Todavia, isto não quer dizer que o Estado como força política não detenha a potencialidade de um papel privilegiado de desenvolver alterações da realidade. É indiscutível seu papel dominador, conformador e orientador destes mesmos móveis determinantes e determinados da dependência. Tal esforço, portanto, não é apenas de caráter ético-político de orientação e perspectiva de renovação da realidade, mas, sobretudo teórico-metodológico.

Deste cenário, surge o oposto da aceitação cega da materialidade posta, rumando para a aceitação clara de uma materialidade possível, isto é: pelo menos no caso brasileiro, as políticas sociais têm um relevante papel a partir da luta de classes e com o histórico de conformação de cada uma. No cenário misterioso imposto pela dependência, tais políticas cumprem um papel de alavanque da sobrevivência da classe trabalhadora brasileira. Por conseguinte, no próximo item deste capítulo iremos discutir ainda que de modo geral, o papel do Estado a partir da era dos monopólios e sua relação com o direito social e as políticas sociais no Brasil.

Antes de iniciarmos esta discussão, é necessário alertar os leitores deste trabalho acerca de uma questão: não é nosso intuito adentrar na explicação de certas categorias da economia política que já foram expostas por diversos autores/as marxistas – incluindo do próprio campo do Serviço Social brasileiro. Nossa intenção vai no sentido de expô-las conforme os autores/as utilizados/as para este debate a colocam. Até porque como se verá nas próximas linhas, elas estão enquanto análises destes para chegar em explicações acerca do papel do Estado quando abriu-se o campo histórico do que foi entendido enquanto o período de capitalismo monopolista, *ou era dos monopólios*, que se sucede no campo histórico após as principais transformações econômicas e sociais da era *concorrencial*, que inculca no imperialismo.

Sendo assim, a era dos monopólios se desvenda dentro das transformações que o próprio imperialismo imprime mundialmente, e a era monopolista entra enquanto uma resposta. São expressões da dinâmica capitalista para manter seu patamar econômico enquanto sistema universal – ou melhor, é a utilização de todas as formas e conteúdos para a constância do processo de valorização do capital.

Outro alerta importante, é que a era dos monopólios não exclui as análises firmadas anteriormente sobre o capitalismo dependente no Brasil, e na América Latina – uma não exclui a outra, o que precisamos percorrer é como a partir da era dos monopólios, o tratamento das políticas sociais altera-se substancialmente. Mas para este momento,

inauguremos uma síntese dos principais pontos sobre a era monopolista, que mais a frente, ajudará a entender, de modo geral, como se constituem os direitos sociais no Brasil e sua relação com o Estado.

### 2.3 CAPITALISMO MONOPOLISTA E AS FUNÇÕES PARA O ESTADO

O que, em grande medida, distingue a era concorrencial da era dos monopólios, é que esta abre uma seara que conforma não mais uma concorrência generalizada em torno do capital – na qual ainda era difundido aos quatro cantos, o mito da livre concorrência, da autorregulação do mercado, da tão aclamada *mão invisível do mercado*. O capitalismo chega em um ponto fulcral: a competição agora gira em torno de grandes empresas – e isto faz com que a dinâmica e o cenário de disputa dentro desse sistema se alterem. “O elemento dominante, o principal móvel, é o mundo dos grandes negócios organizado em empresas gigantes, que se empenham em maximizar o lucro e acumular capital.” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 60). Ainda que a busca incessante da maximização de lucros e acúmulo de capital já estava imposta no período concorrencial, – porque no pôr do sol deste sistema, essa é uma das regras gerais – podemos perceber que a alteração em torno disso se dá pela forma de como fazê-lo. Como acabou caindo por terra a defesa da autorregulação do mercado, livre concorrência e os diversos aspectos liberais contidos nessas argumentações e da ilusão de um sistema que fosse progressivamente crescente, dentro do jogo dessas grandes empresas, uma das principais respostas dos monopólios para mudar a forma da corrida atrás da maximização de lucros e acumulação de capital, deu-se a partir da disputa de preços<sup>15</sup>.

O sentido central acerca da disputa pelos preços não ocorre pela necessidade de umas das outras colocarem o maior ou menor preço possível, apesar de que factualmente isto foi recorrente neste período. A questão dos preços é a busca que as grandes empresas<sup>16</sup> impõem dentro da dinâmica do mercado, em colocar os preços de seu produto específico, em um nível médio em que será vantajoso para esta empresa conseguir maximizar seu lucro – ou as

---

<sup>15</sup> Apenas como um adendo: não podemos ter a ilusão de que isto ocorre a partir de um planejamento de grandes cúpulas. Isto é consequência das relações que ocorrem dentro do mercado dos grandes monopólios. Em como essas se relacionam umas com as outras, com seus consumidores, e até posteriormente com o próprio Estado. Fazer uma análise de que o período dos monopólios é “melhor” que o concorrencial por se ter um maior planejamento, é mito. Ou como expressam Baran e Sweezy: “[...] o capitalismo monopolista é tão sem planificação como o seu predecessor, o capitalismo competitivo.” (1978, p. 61). Na sequência, ambos colocam que “A diferença crucial entre os dois é bem conhecida e pode ser resumida na proposição de que sob o capitalismo competitivo a empresa individual aceita os preços, ao passo que no capitalismo monopolista a grande empresa é quem faz o preço.” (Baran; Sweezy, 1978, p. 61)

<sup>16</sup> Apenas para não se confundirem: em questão de nomenclatura, quando dizemos “grandes empresas”, estamos nos referindo aos grandes monopólios, assim como Baran e Sweezy (1978) o fazem.

empresas do mesmo ramo. Quando um determinado ramo monopólico consegue colocar seu preço perante o mercado, este avança dentro da dinâmica capitalista na busca da maximização de lucro. Porque nesse aspecto, incorre um fenômeno importante: a grande empresa que estabelece o preço de seu produto no mercado, faz com que as empresas que não chegaram no mesmo patamar de monopólio, tenham de encontrar formas de baratear o custo de sua produção para também conseguir maximizar seus lucros.

Entretanto, estamos tratando essa questão dos preços de maneira sintética. Ao longo do desenvolvimento dos monopólios, existiram diversas disputas entre estes grupos, e conforme também os tipos de mercadorias que estes dispunham ao mercado, a sua disputa pela fixação dos preços poderia diferenciar-se justamente pela natureza e função da sua mercadoria no mercado – ou melhor, do seu ramo industrial específico. Veja os exemplos colocados por Baran e Sweezy (1978) sobre essas diferenciações da disputa pela liderança dos preços em diferenciados ramos: “Na indústria de cigarros, por exemplo, as grandes companhias se revezam nas modificações de preços; e, na indústria do petróleo, diferentes companhias assumem a liderança nos diferentes mercados regionais e, em certas proporções, em épocas diferentes.” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 68).

Ainda assim, o que impera é o resultado que algum determinado monopólio consegue imprimir a partir da fixação de preços no mercado, é quem pode mandar efetivamente dentro das relações econômicas de mercado. É, de fato, a economia política enquanto um todo, e não ambas fragmentadas<sup>17</sup>. Basicamente, Netto sintetiza muito bem o real objetivo que imperou para a sucessão ao capitalismo monopolista, que é “*o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*” (NETTO, 2001, p. 20; grifos do autor).

Ademais, dentro dessa questão dos preços, é importante sinalizar alguns aspectos que aparentemente parecem ser diferentes, mas constituem importância dentro desta dinâmica. Um dos meios de se fazer com que um monopólio consiga disputar efetivamente seu lugar na taxa de preços de mercado, é fazer com que o custo geral de sua produção detenha uma constante decrescente com seu gasto – isto já é uma constante básica do capitalismo em geral. Porém, direta e indiretamente, isto influi em dois fatores que se desenrolam a partir da era dos monopólios: ocorre um progresso tecnológico, que está atrelado diretamente para a

---

<sup>17</sup> É importante averiguar nas análises de Baran e Sweezy (1978) acerca da diferenciação da disputa pela fixação dos preços entre os monopólios, e entre os oligopólios – onde os preços dentro da disputa entre os monopólios tendem a ser ascendentes e entre os oligopólios, descendente. Porém, esta dinâmica ainda confere uma tendência ascendente geral dos preços na era dos monopólios. O que vai diferenciar o oligopólio do monopólio, se dá em uma simples questão de que “[...] é necessário tempo para que surja um oligopólio estável e para que as empresas que o compõem desenvolvam um padrão adequado para o comportamento da maximização dos lucros.” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 71).

produtividade do trabalho (em especial, para contribuir com a redução geral do tempo de trabalho socialmente necessário e na redução de custos com capital constante); e as indústrias de bens de produção tendem a obter mais lucros, e conseqüentemente, podem-se tornar monopólios deste ramo específico (contribuindo indiretamente para o aumento da média de preços nessa dinâmica de monopólios). Neste movimento, é importante frisar como essa dinâmica alimentará de modo geral, a busca por uma ampliação na margem de lucro geral. E é neste campo que abre uma questão importante dentro desta discussão:

Toda a motivação da redução do custo é aumentar os lucros [...]. Isto significa que, no capitalismo monopolista, a redução dos custos representa uma ampliação contínua das margens de lucro. E isto, por sua vez, significa lucros globais que não só se elevam de forma absoluta, mas também como parcela do produto nacional. Se igualarmos provisoriamente os lucros globais com o excedente econômico da sociedade, poderemos formular, como uma lei do capitalismo monopolista, o fato de que o excedente tende a elevar-se tanto absolutamente como relativamente, à medida que o sistema se desenvolve. (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 78-79).

A partir disso, reside uma reflexão valiosa dos autores. A era dos monopólios modifica sua estrutura principalmente a partir do crescimento tendencial do excedente econômico, em substituição ao que na era competitiva vigorava a tendência da queda da taxa de lucro. Não que esta seja descartada e não detenha mais efetivação, porém, no meio de toda essa disputa, expressa-se factualmente este *giro* que ocorre a partir dos monopólios e suas efetivações em torno da fixação dos preços com vistas ao aumento de lucro (BARAN; SWEEZY, 1978).

Entretanto, aí reside uma problemática complexa. Se toda essa busca incessante em aumentar a margem de lucro (mesmo que a tendência seja o seu declínio), e o que vai se concretizando é a tendência do aumento do excedente econômico, quais serão as formas de apropriação desse excedente pelo capital em geral? Porque não basta apenas acumulá-lo, necessita-se que ele seja direcionado para algum ramo que o faça gerar um processo de valorização. Porém, se as próprias grandes indústrias monopólicas já não conseguem absorver dentro de sua produção de modo integral, este é realocado para outras esferas que contribuem indiretamente para o capital. E é neste panorama que se criam condições de fazer-se novas formas de absorção do excedente.

Se formos exemplificar superficialmente o que ocorre no processo de absorção do excedente, podemos categorizá-los em quatro âmbitos: do consumo e investimentos capitalistas, que basicamente seria a forma que os monopólios ainda o conseguem absorver para sua própria produção – que também detém limites dessa absorção; daquilo que hoje conhecemos enquanto marketing, publicidade e propaganda, ou na expressão de Baran e

Sweezy (1978), a “campanha de vendas”, que se desdobra em um efeito de influência de massas para as vendas das mercadorias; do militarismo e sua indústria bélica que se concretiza nos Estados Unidos da América enquanto uma indústria crucial<sup>18</sup>; e por fim, mas não menos importante, no papel da administração civil sobre a manutenção da absorção do excedente econômico, ou seja, o papel do Estado na reprodução do capitalismo monopolista<sup>19</sup> (BARAN; SWEEZY, 1978). Todos estes níveis são de extrema importância para a reprodução dos monopólios e até para desenvolver o que depois vai ser entendido enquanto as bases econômicas e políticas do neoliberalismo. Porém, nossa atenção será para o papel do Estado, ou administração civil, na reprodução do capitalismo monopolista e sua forma de absorção do excedente econômico. E antes disso, precisamos sinalizar um fator importante acerca do Estado absorvendo o excedente, que é:

[...] a tendência para uma absorção governamental maior do excedente, tanto de forma absoluta como em relação à produção total da sociedade, não é peculiar ao capitalismo monopolista. É, evidentemente, uma característica da maioria dos sistemas econômicos em expansão. (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 151).

Ademais disso, o que o Estado absorve do excedente – direta ou indiretamente – diz respeito a ser absorvido um acréscimo deste, e não em sua primazia (até porque se ocorresse este movimento de absorção completa do excedente pelo Estado, não teria o mínimo de razão e sentido para os monopólios produzirem, conscientemente ou não, tal excedente). Tal absorção pelo Estado ocorre de diferentes formas: tributação direta e indireta, capacidade de operar demandas econômicas em segmentos não tão lucrativos dos monopólios, emissão de moeda, transferências de renda e, também, através das empresas estatais.

Estas, por fim, mesmo tendo o caráter público (formalmente), se apresentam e se reproduzem dentro da lógica das grandes empresas – veja, por exemplo, o papel substancial que empresas públicas que atuam em ramos estratégicos para a reprodução de certos

---

<sup>18</sup> “A absorção maciça do excedente em preparativos militares foi o fator chave da história econômica dos Estados Unidos, no pós-guerra. Cerca de seis ou sete milhões de trabalhadores, ou mais de 9% da força de trabalho, dependem hoje, em seus empregos, do orçamento militar. Se as despesas militares fossem novamente reduzidas às proporções anteriores à Segunda Guerra Mundial, a economia norte-americana voltaria a um estado de depressão profunda, caracterizada por taxas de desemprego de 15% e mais, como ocorreu durante a década de 1930” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 156-157). Não podemos afirmar a data de escrita desta passagem, porque “Esse livro teve um período de gestação incomumente longo: quase exatamente dez anos desde a primeira tentativa de esboço até a data de publicação” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 8). Portanto, do processo de elaboração dos textos contidos neste livro até sua publicação, temos em mente que as análises contidas acerca da indústria bélica norte-americana, datam entre 1956 e 1966.

<sup>19</sup> Netto (2001) reafirma este ponto, colocando que “Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as funções *econômicas* (NETTO, 2011, p. 25).

segmentos já monopolizados<sup>20</sup>. A transferência de renda também constitui papel importante na absorção do excedente, porque injeta capitais em segmentos que podem vir-a-ser no futuro grandes empresas – não apenas neste esquema, também a partir de pagamento de juros para bancos e outras empresas que o Estado mantém alguma relação de compra de mercadorias (a indústria bélica pode ser usada como exemplo), e também ao pagamento de seguro social em geral.

Devemos destacar brevemente a questão do sistema político<sup>21</sup>, pois “[...] o sistema político normal do capitalismo, seja competitivo ou monopolista, é a democracia burguesa” (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 158). E no caso dos monopólios, como são eles que detêm o poder econômico – ou melhor, o capital – e também o Estado enquanto sistema político regulado necessita de dinheiro para a manutenção de suas ações, quem é que vai “investir”, direta ou indiretamente? É tamanha ironia que não precisamos responder.

Portanto, de diferentes formas, os monopólios vão fazer com que seus interesses sejam imprimidos dentro do Estado para viabilizar, em maior ou menor grau, tudo que já foi dito até o momento: aumento da taxa de lucro pela fixação dos preços, aumento e absorção do excedente (tanto pelo Estado quanto pelas próprias grandes empresas), e assim por diante. Nessa situação, sucede-se para outra importante: o que o mercado na era dos monopólios entendia como ramos não lucrativos – ou melhor: ramos em que o investimento é muito dispendioso frente à margem de lucro, que não são tão rentáveis e seguros quanto outros, segmentos vistos como asseguradores da manutenção do bem-estar social –, caberá ao Estado atuar sobre eles. E aqui chegamos em um ponto que nos interessa bastante.

No quadro que tange a absorção do excedente econômico pelo Estado, este exerce a função de subsistência do campo do assegurar um mínimo de bem-estar social. Porém, o que ocorre é o contrário – o que de fato acontece é a manutenção com maior ou menor grau de repressão do controle da força de trabalho<sup>22</sup>. Dentro desse papel, a democracia burguesa –

<sup>20</sup> Baran e Sweezy (1978) colocam um exemplo emblemático acerca da criação e manutenção pelo Estado das rodovias dos Estados Unidos da América, onde esse aparentemente pequeno ramo, faz parte da reprodução de toda uma cadeia monopolizada, a indústria automobilística. E não só tal indústria de maneira direta, mas toda uma cadeia de outras indústrias de produção, extração e serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a automobilística. (BARAN; SWEEZY, 1978, p. 176-177).

<sup>21</sup> As análises de Baran e Sweezy (1978) são estudos profundos acerca do capitalismo monopolista nos Estados Unidos da América que data do início do século XX até mais ou menos o início da década de 1960. Em questão política, a análise contém algumas particularidades acerca dessa própria nação e do seu período de exame. Mesmo assim, contém elementos gerais que dizem respeito ao modo de atuação política a partir do Estado e as interferências econômicas que este recebe.

<sup>22</sup> Netto (2001) esboça uma breve síntese sobre a mudança entre o tempo que vigorava o capitalismo concorrencial para o monopolista: “[...] no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a *preservação e o controle contínuos da força*

mesmo que capturada pela lógica do capitalismo monopolista – abre um campo de disputa em que a classe trabalhadora busca incidir dentro e fora dela, seus interesses de classe (NETTO, 2001). Nesse quesito, seus interesses mínimos refletem-se nas debilidades causadas pelas expressões da questão social na manutenção e reprodução da sua força de trabalho. Nesse sentido,

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” se tornam – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de *políticas sociais*. [...] É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista [...], configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes. (NETTO, 2001, p. 29 e 30)

Este é um ponto essencial: é a partir da consolidação plena da fase monopolista que abre a característica da necessidade do Estado em cumprir políticas sociais. Todavia, sua função essencial se expressa enquanto regulação, preservação – e em certos contextos históricos, repressão indireta – e controle da força de trabalho inscritas na contradição capital  $\times$  trabalho<sup>23</sup> (NETTO, 2001). Só que não podemos dissociar essa introdução das políticas sociais como forma do Estado atuar em cima das expressões da questão social, como consequência imediata do capitalismo monopolista – é a própria dinâmica de uma expressão geral da luta de classes que abre este terreno histórico em disputa. Porventura, é uma sucessão de nexos causais da luta de classes a partir de uma das contradições nucleares do capitalismo, a do capital  $\times$  trabalho, que vai dinamizar para que surja enquanto algo novo perante o desenvolvimento constante do Estado como aparato reprodutivo das relações econômico-sociais.

Concomitantemente a toda essa problemática, devemos abrir uma breve inflexão acerca do caráter que o Estado atribui à política social em geral. Em sua primazia, – ou

---

*de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio*” (NETTO, 1978, p. 26).

<sup>23</sup> Ainda que superficialmente, muitos incorrem no erro de basilar o papel das políticas sociais enquanto conquistas de um Estado de bem-estar social. Enquanto a análise da história do século passado na Europa acerca de políticas sociais pode ter sido essa, a configuração brasileira acerca dos direitos e políticas sociais são outras. Discutiremos isto mais à frente neste trabalho.

melhor, quando começa a efetivar em maior escala, tanto nas nações centrais quanto periféricas e dependentes no sistema como um todo – o Estado originou um caráter geral às expressões da questão social, onde se vê uma fragmentação destas.

O intuito, conscientemente ou não, se dá pela individualização dessas expressões, visando interpretá-las e agir sobre elas como problemáticas desconexas das causas e conflitos próprios do capitalismo. Isto ocorre enquanto acobertamento das contradições colocadas a partir da luta de classes, como forma de – além de reprimir movimentos sociais que vão contra a ordem vigente – não explicitar a real consequência da exploração da força de trabalho. Porque também não poderia ser viável colocar em xeque o verdadeiro nexos que faz com que surjam as necessidades do Estado tomar para si a resolução das expressões da questão social – seria a mesma coisa que colocar em xeque toda estrutura sistêmica deste modo de produção, e assim, abrir margem para sua ruína dentro da luta de classes (NETTO, 2001).

Intrínseco a esta dinâmica, devemos nos atentar que o campo ideológico sempre esteve em constante confluência de seu tempo histórico. E aí reside um ponto interessante: a incorporação do ideário liberal – e mais especificamente, seu *ethos* individualista – perante a atuação do Estado nas refrações da questão social (NETTO, 2001).

Isto significa que além de tudo que já foi dito nas linhas anteriores – acerca da busca de aumentar a margem de lucro pela fixação de preços, da tendência ao crescimento do excedente econômico, da forma de absorção deste pelo Estado, desse excedente abrir uma nova forma de atuação do Estado perante as expressões da questão social tendo em vista o controle e reprodução da força de trabalho, etc., é crucial a adoção de uma abordagem que amplie a legitimação do Estado e de suas funções a partir de bases teórico-culturais que seguem a cartilha da manutenção econômica do sistema, e ao mesmo tempo detenha o mínimo de “aceitação” por parte da população (obviamente, para minar quaisquer tipos de organização da classe trabalhadora). Mas não podemos perder de vista: esse âmbito é importante enquanto subsídio para compreensão de algo maior. Nisto, inculcam práticas que se portam enquanto uma dupla determinação, sendo que estas “[...] tanto são parâmetros para intervir empiricamente sobre as refrações da “questão social” quanto são funcionais para vulnerabilizar as projeções societárias que apontam para a ruptura da ordem burguesa” (NETTO, 2001, p. 37).

Para fechar este adendo, o que nos importa em sinalizar acerca do que Netto (2001) trata enquanto componente teórico-cultural que serviu como âmago ideológico do Estado – da burguesia própria da era dos monopólios também – foi a refração das expressões da questão

social perante a individualização dos sujeitos no trato dessas expressões, a psicologização da vida social<sup>24</sup> e a matriz teórica positivista que terá bastante influência – principalmente por toda a discussão acerca da “naturalização” do social e pelo modo de interpretação sociológica desta matriz que demarca, grosso modo, os conceitos estarem atrelados estritamente aos fatos. No tocante da “naturalização” do social e seu ser, Netto (2001) sintetiza o real objetivo em torno disso:

Efetivamente, é nesta *naturalização* da sociedade que encontramos o princípio que adapta a tradição conservadora às exigências que estamos pontuando do Estado burguês. Em primeiro lugar, ao naturalizar o social, esta tradição estabelece nitidamente a inépcia dos sujeitos sociais para direcioná-lo segundo seus projetos – mais exatamente, estabelece a sua *refratariedade* à razão e à vontade dos sujeitos sociais: a sua variabilidade obedece a regularidades fixas que escapam substantivamente à intervenção consciente dos sujeitos históricos; o social, como tal, aparece como uma realidade ontologicamente alheia a esses. O que assim recebe sanção teórica e consagração cultural é a *impotência* dos sujeitos e protagonistas sociais em face dos rumos do desenvolvimento da sociedade – não só uma legitimação do estabelecido como tal, principalmente, uma predisposição para aceitar a sua evolução seja em que sentido for. (NETTO, 2001, p. 45)<sup>25</sup>

Para resumir a exposição tomada até aqui: é a partir da era dos monopólios e seus adventos na busca de elevar a taxa de lucro a partir da disputa pela fixação dos preços de mercado, e que tal dinâmica compele na verdade uma tendência ao crescimento do excedente econômico e dele, diferentes modos de incorporar o mesmo para ampliação do processo de valorização, o Estado – detido classicamente enquanto um aparato geral burguês – concebe de diversas formas, introduz mecanismos tanto de absorver parcela adenda deste excedente, quanto de criar condições para o processo produtivo aproveitá-lo em nível maior.

É neste processo que o Estado depois de incorporado tal parcela, também necessita criar formas de reprodução da classe trabalhadora, e aí entra o advento das políticas sociais<sup>26</sup>. Aberto este leque, o Estado utiliza-se das políticas sociais de modo generalizado com a finalidade de manutenção e controle da força de trabalho – ainda que infunda um panorama

<sup>24</sup> “O lastro legitimador que se contém na psicologização engendrada neste processo está longe de esgotar-se na possibilidade, já referida, de responsabilizar o(s) sujeitos(s) singular(es), na sua particular configuração individual, pelo seu destino pessoal. É óbvio que esta possibilidade tem significância: a individualização dos problemas sociais, sua remissão à problemática singular (“psicológica”) dos sujeitos por eles afetados, é, como vimos, um elemento constante, embora com gravitação variável, no enfrentamento da “questão social” na idade do monopólio; ela permite – com todas as consequências que daí decorrem – *psicologizar os problemas sociais*, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para a modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo [...]” (NETTO, 2001, p. 41).

<sup>25</sup> Em seguida, Netto (2001) ainda sinaliza que o giro decorrente desta tradição em compelir tal “naturalização” da sociedade, ao invés de desmistificar as particularidades do ser social, inflexiona para uma esfera ético-moral, dimensionando o que deve ser entendido enquanto complexos que constituem o ser social para, vulgarmente, colocá-los dentro de uma disputa pela moralidade.

<sup>26</sup> Lembrando que não estamos colocando isto apenas enquanto algo puramente criado a partir do Estado e da burguesia em geral, mas sim, tendo o espectro da luta de classes imbuído nesse processo.

teórico-cultural para fazer que as ações tomadas por tais políticas tenham um cunho tanto de controle dessa força de trabalho, quanto usufruem de espectros ideológicos que serviram como subsidiários do próprio ideal burguês a partir da entrada do imperialismo e sua forma monopolista decorrente.

Até o momento, nos atentamos para uma análise geral em nível mais teórico – e até abstrato em certos momentos – porém, necessitamos fazer agora uma exposição acerca de como, em suas linhas gerais, se deu o percalço das políticas sociais (e também do direito social) no Brasil. E já deixemos alertados: no Brasil, a constituição destas dá-se de forma muito diferente do que nos países do centro do sistema. Aqui a razão da dependência vai imprimir um caráter conturbado e de constante não efetivação de direitos sociais e políticas sociais que dessem conta, minimamente, de agir sob as expressões da questão social. Aqui, até o ideário iluminista só é circunscrito formalmente para *inglês ver*.

Na próxima seção, iremos discorrer acerca dos direitos sociais na relação com o Estado brasileiro, fazendo um retrospecto pela história, mesmo que nos termos mais gerais, buscando compreendê-los como o Estado pautou estes em suas constituições e os entraves que estes encontravam em sua efetivação (ou não).

### **3 DIREITO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: BREVE ESBOÇO ACERCA DA CONCEPÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA**

A história do Brasil em suas linhas gerais, é marcada em cima do extermínio dos povos indígenas e africanos, escravização de outros, roubo das riquezas naturais e dominação externa. O que encontramos nesse percurso foram as expressões mais árduas de um projeto intencional e não intencional ao mesmo tempo: o avanço das grandes navegações, consolidando a protoforma do capitalismo que encontrou um alto grau de desenvolvimento a partir da grande indústria. Para nós, o que restou foi um projeto de negação da nossa humanidade, para eles, todo o clamor da humanidade e suas expressões mais requintadas. Assim sendo, faremos um retrospecto histórico – confluindo com aspectos políticos e econômicos – para entendermos como foi se constituindo na história brasileira, a trajetória cheia de buracos que permeou (e permeia até hoje) os direitos sociais e as políticas sociais.

#### **3.1 DIREITOS SOCIAIS NA RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO**

Meramente enquanto simples exposição, já é compreendido que o marco do Brasil na historiografia geral inicia com o saqueio dos portugueses a partir do fenômeno das grandes navegações que datam do final de 1400 para início de 1500 – marcando dentro do panorama ocidental uma virada histórica. A partir disso, o que nos importa resumir bruscamente é que os portugueses, no intuito de saquear as riquezas e recursos naturais da nossa terra, também firmaram bases para a colonização dos povos daqui para manter este intento.

Depois, entra em cena o tráfico de pessoas africanas escravizadas aqui e os indígenas que também foram escravizados e dizimados, e formalmente, o escravismo vai até 1888. No marco geral, o que precisamos compreender até este período é que: a formação social e o modo de produção se constituem a partir do colonialismo e escravismo, da extração de riquezas daqui para o exterior – tendo papel maior de Portugal primeiro e Inglaterra depois no século XIX.

Nesse processo, vai se consolidando também uma dependência econômica, primeiro de Portugal justamente por sermos colônia até este momento, depois de desintegrado o sistema colonial, pelas dívidas geradas a partir de acordos econômicos com a Inglaterra. Também é importante salientar a chegada da Coroa portuguesa, que gradualmente alterou as relações econômico-sociais e formou a estrutura de Estado daqui (COUTO, 2010).

Do nosso interesse cabe apontar – que nos ajude a compreender alguns elementos em torno do Estado e, conseqüentemente, das políticas sociais e, posteriormente, direitos sociais no Brasil – é que a partir da Coroa portuguesa instalada aqui, que começa a formar o Estado e suas formas jurídico-legais. Um exemplo disso é a Constituição de 1824, logo após sua independência, que em relação aos direitos inscritos nela, detinham um caráter liberal apenas formal, já que até no campo dos direitos civis que diziam respeito maior acerca de liberdades individuais, estes só o eram efetivos para parcelas do tope da sociedade. Tal ideário servia apenas para políticos e administradores do Estado alocados no alto escalão, senhores de escravos, comerciantes com uma certa influência econômica e conseqüentemente política e etc.

Para o resto, a força da vontade deste tope imprimi em lei para os de baixo não terem mínimas condições de terem direitos – sejam civis, políticos ou sociais. No findar do dia, interessava apenas manter o conteúdo colonialista e escravista que sustentava a ordem econômica e alterava a forma apenas para aos poucos, inserir-se de forma dependente nas relações econômicas capitalistas que estavam se consolidando no centro do capitalismo dessa época (COUTO, 2010).

Com esse cenário econômico, político e social – e de certa forma decorrente de relações econômicas com o exterior – a base do trabalho escravizado no Brasil vai transitando gradual e lentamente para a substituição deste tipo para o trabalho livre. Entretanto, este trabalho livre advém do processo de imigração de alguns países da Europa que já detinham mais ou menos a grande indústria consolidada, movimentos operários, leis trabalhistas regulando jornadas de trabalho e questões relacionais, e um certo ideário acerca de direitos humanos – civis, políticos e sociais. É então que neste movimento, ainda antes da proclamação da República, que

[...] a emergência dos direitos sociais foi ser constituída a partir do trabalho dos imigrantes europeus, que, no século XVIII, fugindo das guerras, se instalaram no Brasil e foram, aos poucos, substituindo a mão-de-obra escrava. Das ideias europeias, que chegaram por meio dos imigrantes, surgiram as primeiras demandas por atendimentos na área social e foram tensionadas as estruturas de mando da sociedade brasileira. As respostas a essas demandas foram sendo construídas pela elite nacional como concessões, e sempre é visualizado o movimento de antecipação de parte dessas elites ao atendimento das demandas, que é, na sua grande maioria, feito na lógica do favor. (COUTO, 2010, p. 88).

Isto posto, – a transição do trabalho escravizado para o livre, a abolição da escravatura e a proclamação da República – a Constituição de 1891 imprimiu formalmente mais algumas características de que poderiam encaminhar-se para o início de efetivarem os direitos neste

país. Mas, como de costume, tais direitos refletidos em lei ainda só serviam para a manutenção daqueles que estavam no alto da sociedade. Na verdade, o que se tem não é a noção de direitos, e sim de concessões, de mando e de caridade. E nisso, é importante frisar que “os traços constitutivos de uma sociedade dependente, com economia baseada no trabalho escravo e com relações sociais delimitadas pelo campo privado, darão a trajetória dos direitos, características que serão persistentes nessa sociedade” (COUTO, 2010, p. 92).

Para uma pequena síntese deste período, o que devemos ter em mente é que a formação socioeconômica do Brasil – muito centrada em uma economia agroexportadora e latifundiária – até meados das primeiras décadas do século XX, conformou as bases do caráter que se dará para os direitos civis, políticos e sociais, junto com a formação e atuação do Estado perante estes. Com caráter das classes dominantes da colônia, do império, dos que detinham terras e escravos e depois na república impôs as tendências das ideias que se tinham dos direitos sinalizados acima – favor, compadrio, ideal liberal apenas para as classes altas e no seu âmbito econômico, e as dimensões racistas e sexistas que moldaram a concepção de direitos sociais nesta formação socioeconômica. É o verdadeiro intento da arquitetura nova com a estrutura velha que tende a ruir.

Prosseguindo nos marcos do tempo, é a partir de 1930 que novas substâncias irão entrar na cena dos direitos – e em especial, dos direitos sociais. A Era Vargas ou a Revolução de 1930 culmina por uma série de fatores: oligarquias bem estabelecidas em torno da economia agroexportadora e relacionais a latifúndios (especialmente desembocada na conhecida política do café com leite por oligarquias paulistas e mineiras) e o cenário econômico desfavorável para estas, a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque de 1929, queda do Produto Nacional Bruto, e a degradação das condições de vida da classe trabalhadora que vivia nas grandes cidades – atingindo um número alto de desempregados (COUTO, 2010). Essas condições sustentaram a vitória de Vargas neste período. Cabe lembrar que neste primeiro momento, o governo de Getúlio rompe o pacto das oligarquias, mas que pela influência e poder econômico, depois voltam à cena da política brasileira. Do que é crucial pontuarmos sobre o primeiro período Vargas, é sua atuação perante, de modo geral, à relação capital  $x$  trabalho:

A regulamentação das relações entre capital e trabalho foi a tônica do período, o que parece apontar uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social. Toda a legislação trabalhista criada na época embasava-se na ideia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava a harmonia entre empregadores e empregados. [...] Nesse sentido, o governo Vargas investiu na

formulação de legislações que foram delineando uma política baseada na proposta de um Estado social autoritário que buscava sua legitimação em medidas de cunho regulatório e assistencialista. (Couto, 2010, p. 95-96)<sup>27</sup>

Isto será expresso na Constituição de 1934. Alguns avanços<sup>28</sup> serão manifestados nos direitos civis, políticos e sociais: como a ampliação dos votos para as mulheres. Mas o caráter da regulamentação em torno da relação capital  $x$  trabalho é o que dá a tônica, perpassando desde a regulação do trabalho feminino e de menores em indústrias, jornada de trabalho de oito horas para industriários, comerciantes e férias para os mesmos, criação de regulações acerca dos acidentes de trabalho, diferença de salário para o mesmo tipo de trabalho proibida, entre outros<sup>29</sup> (COUTO, 2010).

Em 1937, e de forma autoritária, é instituído o Estado Novo via golpe ditatorial, com vistas a modernizar a fase em que o capitalismo no Brasil se encontrava. No mesmo ano e de maneira autoritária – excluindo o Poder Legislativo e feita pelo Poder Executivo – é instituída a Constituição de 1937<sup>30</sup>. A despeito da tônica dos direitos sociais continuarem dentro do panorama trabalhista, a significância geral desta Constituição dentro dessa temática é do maior controle direto pelo Estado, – seja por via de repressão direta as manifestações e formas de organizações da classe trabalhadora, ao exemplo da proibição de manifestações de greve – e do controle dos sindicatos e outras instâncias institucionais relacionais ao mundo do trabalho (COUTO, 2010).

O feitiço de influência diretamente fascista foi a chave que moldou o período do Estado novo, e o intento de fundo neste cenário seria o desenvolvimento industrial para a dita nação – e que a expressão cotidiana se dava enquanto proposta trabalhista. Não é à toa que, apesar de ser um sacrifício diário na atualidade em mantê-la, mesmo com todos os regressos desta nos últimos anos, em 1943 criou-se a Consolidação das Leis Trabalhistas, reunindo tudo que era do âmbito legal e que estava relacionado diretamente com a questão do trabalho – férias remuneradas, medicina do trabalho, salário-maternidade, área de segurança, criação da carteira de trabalho, e etc. (COUTO, 2010). Um ano antes, devemos lembrar que foi criada a Legião Brasileira de Assistência, “[...] com o objetivo de assistir, primeiramente, às famílias

---

<sup>27</sup> Nosso intento no momento não é de uma descrição de critérios e condições de benefícios, ações e programas decorrentes das políticas sociais demarcadas em cada período que estamos analisando. Para quem necessitar examinar tais questões, consultar Couto (2010), especialmente a partir do segundo capítulo.

<sup>28</sup> É crucial sinalizar os avanços que a classe trabalhadora consegue mobilizar, fazendo pressão contra o Estado e as classes dominantes de cada época, mas também aquilo que se reflete enquanto práticas fundamentadas em perspectivas ideológicas de cunho fascista e conservador. Na mesma Constituição, encontra-se enquanto direito social o estímulo a uma educação eugenista (COUTO, 2010).

<sup>29</sup> Uma sinalização importante que devemos fazer e é perpassada por toda a análise de Couto (2010) é a proibição ao voto dos analfabetos até a Constituição Federal de 1988, excluindo boa parcela da população até este período.

<sup>30</sup> Essa Constituição teve forte influência na da Polônia da época, com cunho fascista (COUTO, 2010).

dos pracinhas que foram para a guerra, e logo depois estender seu trabalho à população pobre, principalmente com programas na área materno-infantil” (COUTO, 2010, p. 103). Para abreviar as principais características desse período, Couto exprime que:

O perfil das políticas sociais do período de 1937 a 1945 foi marcado pelos traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrático, pois emanavam do poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias. Também era composto por traços paternalistas, baseava-se na legislação trabalhista ofertada como concessão e numa estrutura burocrática e corporativa, criando um aparato institucional e estimulando o corporativismo na classe trabalhadora. Todo esse aparato estava voltado para o fornecimento das condições exigidas pelo desenvolvimento do setor industrial, uma política que se desenvolveu com forte apelo junto à população empobrecida e às classes trabalhadoras. (COUTO, 2010, p. 103-104).

Com a queda do Estado Novo em 1945, o governo de Eurico Gaspar Dutra abre alas para um período de democratização. É nesse governo que em 1946 ocorre a escrita de uma nova constituição que, reafirmando a matéria primordial da questão do trabalho sobre os direitos sociais, coloca enquanto novidade o “[...] fato de ela ter abolido os instrumentos que cercear as liberdades dos cidadãos, garantindo-se, no campo dos direitos sociais, a liberdade de associação sindical e inclusive o direito a greve” (COUTO, 2010, p. 105)<sup>31</sup>.

Porém, neste período “[...] Dutra governou com insensibilidade aos apelos da classe trabalhadora, voltando as ações do governo para uma política repressiva às demandas do mesmo. Embora constitucionalmente as greves estivessem permitidas, [...] foram energeticamente desmontados [...]” (Couto, 2010, p. 108). Agora por eleições diretas, Vargas volta ao poder em 1951 e apesar de não ter feito uma nova constituição, manteve seu *modus operandi* idêntico ao período do Estado Novo. Já iniciou seu governo com um problema perante aqueles que o elegeram: uma boa parcela da população que o elegeu pelo falso estigma de “pai dos pobres” e as oligarquias impressas nos partidos conservadores da época. Seu governo foi marcado também pela continuação de controle sobre os trabalhadores via políticas trabalhistas, ao mesmo tempo mantinha a repressão quando se tratava das organizações e manifestações da classe trabalhadora – e também de seus oponentes, como o caso da tentativa de assassinato de Carlos Lacerda (COUTO, 2010, p. 109).

Com o suicídio de Getúlio em agosto de 1954, Café Filho assumiu em seguida e depois, Carlos Luz e Nereu Ramos assumiram (presidente e vice, respectivamente) até as eleições que elegeram Juscelino Kubitschek e João Goulart. Esse governo foi marcado pelo projeto nacional desenvolvimentista, expresso no Plano de Metas, que “Por meio desse plano,

<sup>31</sup> Fato importante nessa constituição também é a Previdência Social ter sido colocada enquanto direito. Outro fato importante é acerca do Plano Salte, que pela primeira vez, aparecem algumas expressões da questão social no âmbito de planejamento do Estado (COUTO, 2010).

Juscelino Kubitschek priorizou a abertura da economia do país para o investimento externo, bem como para o processo acelerado de industrialização<sup>32</sup> (COUTO, 2010, p. 110). As políticas sociais neste período serviram como manutenção da ordem primária deste governo, a econômica. Tanto é que a meta social dentro do Plano se referia primariamente para formação de profissionais no mercado de trabalho<sup>33</sup>. Ao final de seu governo, Juscelino vai perdendo apoio e tendo questionado seu plano por boa parcela da população e pelos grupos políticos mais à direita, vinculados à União Democrática Nacionalista – apesar do pouco respaldo político em seu final, ainda conseguiu um feito de tentar preservar os interesses econômicos pela via democrática (COUTO, 2010).

Jânio Quadros foi eleito em 1960 depois de uma campanha moralizante que teve apoio da UDN. O que não se esperava, é que renunciaria em menos de um ano, e então, por mais que tentaram barrar fazendo movimentações para impedir a posse do vice João Goulart, foi instituída uma emenda constitucional para colocar uma nova forma política – o parlamentarismo – e então, tirar poderes de João Goulart quando ele já tinha assumido. Por meio de um plebiscito em 1963, o presidencialismo volta à cena por opção da maior parte da população e Goulart assume integralmente a presidência (COUTO, 2010).

O governo popularmente conhecido como Jango foi um ponto histórico deste período fora da curva pelo flerte desse presidente com movimentos sociais, – sinaliza-se em 1963 para a criação do Estatuto do Trabalhador Rural – sindicatos de grande porte (como a Central Geral dos Trabalhadores), com o movimento estudantil da época e até por certa simpatia perante às ideias e projetos socialistas de sua época. Obviamente, mesmo mantendo em certo nível a base comum de governos trabalhistas que estava consolidada desde a década anterior, e também junto com a eclosão de greves e movimentos sociais, setores estratégicos que detinham poder político e/ou econômico organizaram-se para (mais) um golpe, ao passo que

[...] as reformas pretendidas pelo então presidente eram indesejáveis para os partidos de cunho liberal, como a UDN, para as oligarquias rurais e para o Exército. Foram essas forças reunidas, apoiadas por forte movimento anticomunista da classe média brasileira, que deram sustentação ao golpe militar de 1964, que conduziu o país a uma realidade bastante adversa na área dos direitos, sejam ele políticos, civis ou sociais. (COUTO, 2010, p. 115).

---

<sup>32</sup> Com tal abertura, os monopólios da indústria automobilística chegam no Brasil, e junto com este projeto desenvolvimentista, o Estado injetará recursos para a criação de infraestrutura necessária que possibilite a empreitada deste negócio (COUTO, 2010). É aí o exemplo concreto brasileiro de como funciona o capitalismo na era dos monopólios, já discutido anteriormente neste capítulo.

<sup>33</sup> Deste governo, o que é importante ressaltar é acerca das políticas sociais é a aprovação em 1960 da Lei Orgânica da Previdência Social (COUTO, 2010).

Até o momento, podemos sintetizar que o período de 1930 até 1960 contou com ideais conservadores e liberal acerca dos direitos civis. Para a classe trabalhadora, é sempre um direito formal sem respaldo prático – sejam os direitos civis ou políticos, ainda que este último, em alguns poucos momentos tiveram maior abrangência para a classe trabalhadora, mas não comparado às classes dominantes dessa época.

Outrossim, se existiu um respaldo prático acerca dos direitos políticos e sociais para a classe trabalhadora, e que é comum em todas as épocas – seja em maior ou menor grau – é a repressão, controle, e manutenção para reprodução da classe trabalhadora. Tanto é que os direitos sociais e a consequência das políticas sociais até este momento, sempre se deram em torno da questão do trabalho no Brasil. Aqui é muito simples: o direito e a política social servem em último grau, sempre, para a produção capitalista e reprodução da força de trabalho. Isto é uma defesa que necessita ser tão sólida quanto ferro.

Logo, falar de política social no Brasil é falar da contradição capital  $x$  trabalho, é falar da formação econômica e social brasileira que se deu calcada no colonialismo e no escravismo. Até aqui, este é o toque de início de partida para continuar cronologicamente com a exposição, e abrimos uma breve síntese acerca da ditadura empresarial-militar no Brasil.

O ano de 1964 foi um ano que marcou profundamente a história contemporânea brasileira. O que conseguimos dirimir acerca do golpe é que foi um estopim de diversas contradições: uma crescente nos movimentos sociais urbanos e da terra; o flerte de João Goulart com ideais socialistas e países que estavam se constituindo como tal; projeto desenvolvimentista ainda em curso com progressiva industrialização do país, fortalecimento dos setores políticos ligados aos setores econômicos; a possibilidade de acontecerem reformas que iriam contra os ideais conservadores (no campo da moral), e liberais (economicamente) das classes dominantes – oligarquias agrárias, as recém indústrias internacionais que estavam instalando-se no país. Além de pautar-se em cima de todas as formas de repressão, – seja pela censura feita em cima da mídia da época, das expressões culturais, e principalmente por dentro dos direitos civis e políticos – os governos militares desta época, enquanto forma de atuação no campo político-institucional, foram marcados por dois pontos cruciais: o bipartidarismo, tendo a Arena (Aliança Renovadora Nacional) enquanto partido do governo que congregava todos os apoiadores do golpe, e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que juntava toda a oposição contra o governo empresarial-militar<sup>34</sup>. O segundo ponto são os Atos Institucionais (AI's) que, de maneira autoritária, colocavam as regras a serem

---

<sup>34</sup> O bipartidarismo foi implantado a partir do Ato Institucional nº 2 em 1965, o primeiro foi logo após o golpe, em abril de 1964 (COUTO, 2010).

estabelecidas nesses governos – inclusive ultrapassando o poder das constituições vigentes de suas épocas (COUTO, 2010).

Os dois primeiros Atos Institucionais atacaram diretamente os direitos civis e militares, e para exemplificar, as desgraças vão desde: intervenções e fechamento de sindicatos e da União Nacional dos Estudantes; centralização sobre política econômica e tarefa de acabar com o espectro comunista como papel do presidente; criação de senadores biônicos e cassação de mandatos; composição sempre favorável para o governo dentro do Congresso; aposentadoria compulsória para um grande número de funcionários públicos, civis e militares da época; cassação de direitos políticos de líderes políticos, sindicais e militares pelo período de dez anos (Couto, 2010); e outras arbitrariedades que ainda são objetos de resgate documental para contar a árdua história que foi.

Na esteira dessa tragédia andante, foi feita a Constituição de 1967 que manteve de certa forma, os direitos já inscritos na constituição anterior. Porém, a concepção preliminar por trás de cada direito era de que “[...] os direitos só seriam exercidos por aqueles que se submetessem às regras instituídas pelo governo militar. Caso contrário, era o regime de exceção que valia (COUTO, 2010, p. 123). Devemos ressaltar que em 1968, implode uma série de manifestações, atos e greves que se contrapõe às medidas tomadas até o momento pelos autoritários – o que acabou reforçando a repressão contra qualquer movimento ou um mínimo de ato que contrariasse a ditadura<sup>35</sup>. Em um episódio incomum dentro deste cenário<sup>36</sup>, foi o estopim para o presidente-ditador Costa e Silva decretar o Ato Institucional nº 5:

Esse ato consagrou efetivamente o regime ditatorial e, por 11 anos, o País foi governado baseado no AI-5. Por meio dele, o Congresso foi fechado, o Executivo foi autorizado a legislar em todas as matérias previstas na Constituição, foram suspensas todas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. Permitiu-se ao presidente demitir, remover, aposentar ou transferir juízes, empregados de autarquias e militares. [...] Ato tornou a Constituição de 1967 obsoleta, e, para dar consequência ao AI-5, o governo editou a Constituição de 1969 [...]” (COUTO, 2010, p. 125).

---

<sup>35</sup> Lembre-se da morte de um estudante dentro de um restaurante universitário no Rio de Janeiro por conta da invasão da polícia militar em março de 1968. No dia seguinte foi feita uma manifestação com mais de 50 mil pessoas nas ruas por conta deste ato truculento, e uma manifestação maior ainda com aproximadamente 100 mil estudantes três dias depois do ocorrido (COUTO, 2010).

<sup>36</sup> “Também em setembro desse mesmo ano, depois de uma invasão da polícia militar na Universidade de Brasília, o deputado Márcio Moreira Alves fez um discurso, sugerindo boicote ao desfile de 7 de setembro e indicando que as mulheres não namorassem oficiais que não se comprometessem com a denúncia das violências cometidas. Esse discurso gerou uma crise institucional, pois o presidente entendeu o discurso como ofensivo às Forças Armadas e solicitou ao Congresso que retirasse a imunidade parlamentar do deputado, para que pudesse ser processado pelas Forças Armadas. O Congresso, num ato de rebeldia pouco comum à época, negou o pedido do governo. Costa e Silva, então presidente, decretou o mais nefasto dos atos institucionais, o AI-5” (COUTO, 2010, p. 125). Porém, não podemos deixar de salientar a crescente mobilização operária e de diversos outros movimentos sociais, que influenciaram diretamente para isto.

O âmbito dos direitos sociais não teve nenhuma alteração substancial digna de exemplificação nesta constituição – a relação dos direitos sociais com a área trabalhista se manteve nestas duas constituições na década de 1960. O que a Constituição de 1969 reforçou foi a repressão perante os direitos civis e políticos. O período em que Médici esteve no poder (1968-1974) teve pioras na efetivação dos direitos, só que não por meio de uma nova constituição, e sim via legislações (decretos-leis) – veja o exemplo da pena de morte e da prisão perpétua estabelecida, confisco de bens, e instalação de uma “[...] censura prévia a jornais, livros e aos demais meios de comunicação, que começaram a conviver com a figura do censor, geralmente um funcionário do governo” (COUTO, 2010, p. 127).

Uma questão importante deste período, foi o que ficou conhecido como “milagre econômico”, em que cresceu o Produto Interno Bruto, aumentou os índices de consumo de bens duráveis e outros econômicos em geral, o projeto desenvolvimentista também perpetuou a criação de um amplo parque industrial com construções de hidrelétricas e estradas, e etc. É neste momento que o receituário econômico de Delfim Neto com sua fetichizada explicação da economia enquanto uma “receita de bolo”, que desenrolou enquanto consequência disso, um expoente aumento da concentração de renda no país. Enquanto no polo popular, o que foi expresso em seu cotidiano foi “[...] o arrocho salarial, as péssimas condições de vida nas cidades, a alta mortalidade infantil, o analfabetismo, dentre outras” (COUTO, 2010, p. 128)<sup>37</sup>.

Na área social deste período, podemos destacar algumas coisas que vigoraram por bastante tempo, até os dias atuais ou foram transformadas com o tempo: criação do Instituto Nacional de Previdência Social; criação do Banco Nacional da Habitação<sup>38</sup>; criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); criação o Sistema Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a mesma de nível estadual (FEBEMs)<sup>39</sup>; criação da

---

<sup>37</sup> Em seguida, a autora sinaliza que uma das consequências desse “milagre” foi o crescimento da dívida externa (COUTO, 2010).

<sup>38</sup> “[...] que era uma forte reivindicação da classe trabalhadora, mas que, apesar de usar dos recursos do FGTS, serviu muito mais para o financiamento de moradias para a classe média do que para a população pobre, que não tinha como arcar com as despesas de financiamento” (COUTO, 2010, p. 130).

<sup>39</sup> “Nesse período, começaram a ter destaque a questão da segurança pública, a do número de crianças na rua e a de adolescentes envolvidos com atos infracionais, colocando a exigência da sociedade sobre o Estado na resolução desses problemas. A resposta, bem-aceita, veio em forma de modelo repressivo e de recolhimento institucional. Para tanto, foi criada uma estrutura institucional semelhante aos manicômios e às prisões, com o propósito de, ao retirar do seio da comunidade essas crianças e adolescentes, aplicar medidas que os desenvolvessem sadios e prontos para contribuir com a sociedade” (COUTO, 2010, p. 130 e 131).

Renda Mensal Vitalícia<sup>40</sup>; entre outras<sup>41</sup>. Para compreendermos de modo geral as intempéries colocadas pela ditadura, Couto (2010) esboça uma boa síntese acerca dos direitos nessa época:

Pode-se então demarcar que do ponto de vista dos direitos políticos, civis e sociais, os governos que se sucederam de 1964 a 1985 primaram por aniquilar os dois primeiros e por, novamente, acionar, de maneira restrita, medidas na área social, desenhando o perfil limitado e autoritário na concepção dos direitos sociais, onde os mesmos tinham a finalidade de assegurar a sustentação política do regime. Embora as constituições da época registrassem a garantia de direitos civis e políticos, já presentes nas outras constituições, a ressalva do sistema de exceção foi o que vigorou praticamente em todo o período, fazendo com que os governantes fossem transformados em árbitros dos mesmos. [...] Todos esses atos arbitrários reforçam a afirmativa de que o período da ditadura militar foi muito nefasto do ponto de vista da constituição de uma cultura baseada nos direitos, reforçando novamente o critério do mérito, a política centralizadora e autoritária e expulsando da órbita do sistema de proteção social a participação popular. (COUTO, 2010, p. 136)

Torna-se importante agora fazer um breve resumo sobre o período de transição que ficou popularmente conhecido como “abertura democrática”, que sucederá no processo da Constituinte. O que importa frisar é que tal abertura, apesar de ter expresso em alguns fatos históricos particulares deste período uma importância no que foi estritamente político<sup>42</sup>, foi tensionada a partir da luta de classes – pela retomada de movimentos e tipos de organizações sociais -, ainda que não tenha conseguido findar o caráter repressivo. Isto se expressa muito bem no que foi a Lei da Anistia – aprovada já no governo de João Figueiredo (1980 até 1985) – que teve um caráter restritivo: os exilados podiam voltar, mas com inelegibilidade, ou também caso estes fossem anteriormente servidores públicos (ou até militares punidos), a decisão de reintegração de seus cargos ficava à mercê dos seus respectivos superiores; além

---

<sup>40</sup> Alocada na política previdenciária, esta era “[...] dirigida aos trabalhadores de mais de 70 anos que tivessem trabalhado e contribuído pelo menos por 12 meses. Esse benefício chegava aos idosos que tinham sido expulsos do mercado de trabalho e que, dado os seus descontentamentos, estavam sendo agora atendidos” (COUTO, 2010, p. 132).

<sup>41</sup> Destaca-se neste período, como a educação foi voltada para reiterar um conhecimento tecnicista com intuito de formação de mão-de-obra urbano-industrial. O modelo educacional que ficou conhecido enquanto “Mobral”, era uma resposta para essa demanda (COUTO, 2010).

<sup>42</sup> Couto (2010) expõe que nas eleições de 1974 foram permitidas a propaganda eleitoral, e que por conta disso, os candidatos aliados ao governo (sejam senadores ou deputados), tiveram uma derrota expressiva. Para controlar a situação, no ano de 1977, Ernesto Geisel fechou o congresso e só o reabriu para aprovar o Pacote de Abril. O que ficou estabelecido neste pacote foi: “[...] a eleição indireta para os governadores e para um terço dos senadores, os chamados biônicos; a limitação da propaganda eleitoral; e a eliminação da necessidade de dois terços para aprovar medidas constitucionais; sendo ampliado o mandato do próximo presidente da República por mais um ano. No entanto, apesar dessas medidas de cunho repressor e controlador, o Congresso, mobilizado pelo forte movimento popular que se reestruturava, votou o fim do AI-5, o fim da censura prévia no rádio e na televisão e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos, pois o clima nacional não comportava mais a manutenção de um sistema de exceção extremamente repressor” (COUTO, 2010, p. 133).

dessas restrições para os que sofreram na pele com a ditadura, os torturadores que deveriam ter sido punidos, também foram anistiados<sup>43</sup> (COUTO, 2010).

Isto tudo inculcou em um movimento que, apesar de suas contradições, caracterizou-se enquanto um movimento de massas nas principais cidades brasileiras e que, sua principal defesa era em torno de eleições diretas para presidente, intitulado como “Diretas Já!”. Tal movimento conseguiu eleger, ainda que indiretamente<sup>44</sup> Tancredo Neves (seu vice foi José Sarney), e então, as bases para o processo da Constituinte vão se abrindo. Apesar de não nos interessar, basta constar aqui que Tancredo Neves morreu e quem assumiu a presidência foi seu vice.

Ademais, o cenário econômico brasileiro deste momento, acaba por expressar todas as adversidades acumuladas das últimas décadas, – não só, no geral do próprio século XX – e isto se reflete no que? Aumento da concentração de renda pelas classes dominantes, aumento da pobreza, da fome e demais expressões da questão social, e conseqüentemente, o aumento de demandas em torno de políticas sociais. Mesmo que a década de 1980 tenha sido marcada pela busca de um Estado minimamente democrático, as condições de vida da classe trabalhadora só pioraram.

Pode-se sintetizar que o governo Sarney atuou prioritariamente em dois grandes aspectos: o processo da constituinte e a implantação do Plano Cruzado. E sobre este plano, “[...] as medidas de congelamento dos preços, dos salários e do câmbio geraram um clima favorável junto à população, especialmente a assalariada, que respondeu aos apelos do próprio governo para ser fiscalizadora dos abusos dos preços” (COUTO, 2010, p. 144). Não só este plano vai firmar a política econômica deste governo, mas a relação econômica do país com organismos financeiros internacionais, realizando acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial a partir do Consenso de Washington<sup>45</sup>. Veja: esta é a base teórica acerca da matriz econômica que, dará os rumos da política nos anos seguintes – e que no meio disso, ainda coloca em processo a constituinte.

---

<sup>43</sup> Também é importante salientar que foi mais ou menos nessa época que teve o fim do bipartidarismo, que acabou dando abertura para criação de novos partidos. Deste período, destaca-se a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e entre outros. Dentro desse processo, também teve a ocupação da cena de vários movimentos sociais empregados por categorias de profissionais liberais, movimento estudantil (estruturados na União Nacional dos Estudantes), sindicatos bem organizados e até movimentos sociais advindos de religião – como aqueles que tem embasamento a partir da Teologia da Libertação (COUTO, 2010).

<sup>44</sup> Porque as eleições ainda vigoravam via Colégio Eleitoral.

<sup>45</sup> “No conjunto das orientações indicadas no Consenso, inspiradas pelo receituário teórico neoliberal, que teve adoção em quase todos os países do mundo, na década de 1980, estão: a indicação para a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada” (COUTO, 2010, p. 143).

O processo da constituinte é instalado por meio da Emenda nº 26, de 27 de novembro de 1985, tendo sido aprovada pelo Congresso Nacional. Por meio dessa Emenda, formou-se a Assembleia Nacional Constituinte, ficando a cargo da referida Assembleia algumas acumulações de funções, e duas foram importantes dentro delas: criou o regimento interno e teve a prioridade em redigir o texto constitucional<sup>46</sup> (COUTO, 2010). O que marca algo realmente novo para a história do Brasil desde a sua primeira constituição, é que esta teve uma participação social e popular jamais vista – também, não podemos deixar de apontar a inovação ocorrida na inscrição dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988. Pela primeira vez, a classe trabalhadora estava conseguindo perante o Estado, imprimir seus intentos para a sociedade. Porém, a disparidade ainda existia e as condições de manutenção das forças políticas, sociais e econômicas continuavam influenciando no processo. Tanto que o Congresso Nacional se dividia, grosso modo, em duas forças: as que se representavam pelos partidos de esquerda, e a outra pelos partidos de direita que cumpriam sua função de tensionar em prol da manutenção do sistema enquanto um todo.

Nos marcos da estrutura da Assembleia, tiveram espaços para novas formas de participação, como: debate ampliado sobre o trabalho das subcomissões em audiências públicas, podendo ter representações da sociedade civil; poderiam indicar emendas populares que tivessem 30 mil assinaturas, mas necessitando ter representação de entidades associativas; e participação na defesa de emendas aprovadas mediante o tribunal da Comissão de Sistematização (COUTO, 2010). E assim, depois de todos os trâmites legais, disputas políticas e outras questões, foi aprovado o que conhecemos hoje enquanto a Constituição Federal de 1988.

Em questão dos direitos expressos nesta constituição, acerca dos direitos civis podemos salientar que foram resgatados alguns direitos presentes nas constituições pré-ditadura, e incluído o mandado de injunção, – que diz respeito a cobrar do governo perante sua ineficiência o que deixou de ser regulado – e o *habeas data*, que coloca como direito dos cidadãos em “[...] terem acesso aos dados pessoais constantes nos órgãos de informações dos governos militares” (COUTO, 2010, p. 158). Quanto aos direitos políticos, podemos sinalizar o que já foi afirmado em uma nota de rodapé, no texto acima: os analfabetos tiveram, pela primeira vez, o direito ao voto. Também ocorreu uma flexibilização perante a criação de partidos políticos e pôde-se começar a realizar debates das candidaturas eleitorais a partir de então (ocorrendo por meio dos veículos de comunicação).

---

<sup>46</sup> Aliás, “[...] as regras de transição dos governos militares para a democracia [...] foram estabelecidas pelo Executivo” (COUTO, 2010, p. 154).

Os direitos sociais foram os que mais avançaram, porque consensualmente foram reconhecidos os principais problemas do país, ou seja: derivados das expressões da questão social, e estes foram colocados enquanto objetivos do Estado perante a constituição de um sistema de seguridade social:

Nos artigos que se seguem até o 204, a Constituição trata de determinar como o tripé da seguridade deverá ser estabelecido. Portanto, a saúde aparece como direito de todos e dever do Estado; a previdência será devida mediante contribuição, enquanto a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. (COUTO, 2010, p. 159).

A formação dessa seguridade social foi algo muito importante para a época, e ainda o é até hoje. Começa a romper com a lógica de fragmentação das políticas sociais, e trabalha-se com uma lógica de ampliação desses direitos e resguardo de responsabilidade do Estado perante elas. Em geral, é o início de uma implementação da ótica da universalidade no âmbito dos direitos amparados pelo Estado. Agora, não podemos deixar de esboçar que o percalço entre a efetivação desses direitos no período pós-Constituição de 1988 e sua realização concreta foi grande.

Fernando Collor de Mello foi eleito em 1990, muito pelas expressões moralizantes em seu período eleitoral, e também por um certo receio generalizado contra o potencial eleitoral que se mostrava ter Luiz Inácio Lula da Silva. No que tange a economia, este governo implementou uma abertura do mercado brasileiro. Apesar do início do seu governo ter um certo apoio parlamentar e popular, Collor sofreu um *impeachment* devido a grandes escândalos de corrupção em seu alto escalão de governo. É então que seu vice, Itamar Franco, assume a presidência e mantém-se nela até 1994. Para sintetizar o cenário em que Itamar entrava em jogo:

Nesse período, o país apresentava um quadro que pode ser resumido por meio de: a) alavancagem do processo de privatização das empresas nacionais; b) abertura econômica para capitais estrangeiros; c) retomada do processo inflacionário; d) minimização dos gastos públicos governamentais na área social, entre outras características, o que aponta seu perfeito alinhamento com as indicações feitas pelos organismos internacionais. (COUTO, 2010, p. 146 e 147).

Com este panorama em curso, foi elaborado o projeto do Plano Real, encabeçado por Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda deste governo, para cumprir a contenção do déficit público e da inflação. As metas deste projeto eram todas em torno da manutenção e reprodução econômica ampliada do capital, como por exemplo: redefinição da estrutura

produtiva como fator modernizador; integração da economia em escala global; desregulamentar o setor produtivo público; e estabilização de preços visando crescer o mercado (COUTO, 2010).

E adivinhem onde as metas desse plano irão rebater? Justamente nos avanços sociais expressos na recém feita Constituição de 1988. Porque como esse plano já inicia dentro da cartilha neoliberal, conseqüentemente entraram “[...] em choque com o caráter universalista e de direito social previsto na Constituição de 1988, [...] pois se argumentava que os direitos garantidos no texto constitucional tornavam o país ingovernável” (COUTO, 2010, p. 147). Referente à área social<sup>47</sup>, além de programas sociais que tinham por objetivo o combate à fome no Brasil, – e conseqüentemente, é daí a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – finalmente é aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social e a coloca enquanto política social pública (que já estava prevista na CF/88, porém, ainda não tinha sido regulamentada). Claro que para esta aprovação, tiveram diversos movimentos da dita sociedade civil, porém, não podemos deixar de sinalizar o papel central que teve a categoria dos profissionais do Serviço Social e suas entidades de classe.

Com certa popularidade que ganhou com o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso foi eleito em 1994 e assumiu a presidência no ano seguinte. O que seu governo teve como meta geral e central foi tentativas constantes, e êxito em sua maioria, em reformar o Estado, conforme a cartilha neoliberal já assinalada desde Sarney, para sobrepor as necessidades econômicas que o capitalismo nesta época enquadrava.

No âmbito do Estado, FHC utilizou excessivo e vulgarmente de Medidas Provisórias, que serviam “[...] para ser usada em caráter de urgência e exceção, foi utilizado como instrumento cotidiano dos governos que sucederam a 1988” (COUTO, 2010, p. 149). Além de trabalhar tais Medidas para o intento de efetivar seu plano econômico, para isto, teve que se aliar com congressistas de centro-direita para consegui-las, priorizando projetos advindos do Executivo e fazendo-as em forma de troca de favores (COUTO, 2010).

Da relação deste governo com o quadro social, foram agravados os problemas advindos dos governos anteriores e já sinalizados anteriormente neste texto, como o aumento da pobreza, aumento da concentração de renda e outras intempéries. Isto, embasado com seu plano em execução de desmonte do Estado via privatização de empresas públicas, além de reformas constitucionais e constantes intentos de desmonte aos direitos trabalhistas, foi a verdadeira tônica deste governo com a área social. No fim, o que regeu isso foi a submissão

---

<sup>47</sup> Não podemos deixar de notar que todos os governos desde Sarney, em maior ou menor grau, assumiram um caráter populista, clientelista e assistencialista no que se refere à área social (COUTO, 2010).

da economia brasileira perante a internacionalização do capital (Couto, 2010). De certa forma, quase a segunda metade do século XX inteira<sup>48</sup>, a meta sempre foi o crescimento econômico em contraposição às necessidades sociais, apesar de que, politicamente, sustentam-se em períodos de trocas de governo, apenas para fins eleitoreiros, que a esfera social é importante e merece maior atenção, e depois de eleitos, a prática é a contrária. Não é à toa que Couto expressa que:

As políticas sociais dos governos da era democrática pós-1985 tem sido caudatárias de atributos que por longo período constaram como denúncia nos programas eleitorais, qual seja, a retomada das políticas clientelistas. Isto pode ser evidenciado nas alterações feitas na Constituição de 1988, que exigiram maioria no Congresso, o que geralmente transformou o Estado em um balcão de negócios, onde o voto é uma mercadoria bem valorizada<sup>49</sup>. (COUTO, 2010, p. 153)

Por fim, o que podemos resumir sobre o campo dos direitos sociais pós-CF/88 é que apesar de estarem inscritos nesta, sua efetivação encontrou-se barrada em sua maioria por conta da manutenção do sistema econômico. Os governos que sucederam até 1999 colocaram em maior grau a necessidade de “aumentar” a economia nacional para depois pensar nas necessidades concretas da classe trabalhadora. É quase que lei imanente do Estado no capitalismo dependente, e sua particularidade histórica brasileira, e seu movimento com o centro do capital, que, não só os direitos sociais (os civis e políticos também), mas principalmente os sociais sirvam para em primeiro grau assegurar a superexploração da força de trabalho e conseqüentemente controlar e reproduzir a força de trabalho em maior escala para manter a reprodução de capitais ao todo.

Ademais, serviram também como formas de repressão direta e indireta para controlar, cooptar e minar, quando necessário, os movimentos e organismos sociais classistas – principalmente aqueles que se fundamentam em perspectivas socialistas e comunistas. Fora que o intento também por trás de tudo isso, é de manter o Estado enquanto aparato burguês, aparelhado tanto para a reprodução da força de trabalho quanto para regular e ampliar para o mercado, a busca pelo aumento da taxa de lucro e indiretamente, pelo crescimento do excedente econômico. Além disso, não podemos deixar de apontar, que a partir da década de

---

<sup>48</sup> “Aliás, a máxima de que o crescimento econômico traria, como consequência, o desenvolvimento social, parece ser a tônica dos governos brasileiros desde a ditadura militar” (COUTO, 2010, p. 151).

<sup>49</sup> E a autora continua, só que expressando especificamente o caso de FHC: “As reformas foram buscadas na tentativa de acabar com privilégios, mas a necessidade de maioria no Congresso fez com que o governo Fernando Henrique Cardoso precisasse recorrer a negociações particulares com os partidos e os parlamentares” (COUTO, 2010, p. 153).

1960 aqui no Brasil, a concentração de renda aumenta em grandes, conseqüentemente, aprofundando as expressões da questão social.

No desenrolar dos fenômenos, é difícil observar imediatamente estas questões, porém, atentando-se para a história e para os aspectos gerais que a crítica da economia política nos possibilita, é que vemos como a história não é só uma coleção de fatos mortos – os nexos causais são muito mais perversos do que imaginamos na primeira vista. Portanto, tendo percorrido ainda que sinteticamente o caminho da constituição dos direitos sociais no Brasil, faremos uma breve inflexão acerca da temática da dependência e seus rebatimentos nos direitos sociais, já que estas se materializam a partir das políticas sociais.

### 3.2 APROXIMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS SOCIAIS E O ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Mediante a exposição tomada até o momento – o Brasil e o continente latino-americano circunscritos na divisão internacional do trabalho caracterizados enquanto dependentes e a superexploração do trabalho; as funções atribuídas ao Estado no capitalismo dependente (ainda que o exposto disso tenha ficado mais em nível abstrato); o engendramento do Estado a partir da era dos monopólios atuando para o nível econômico como apoio na absorção de parte do excedente econômico que não conseguia reproduzir-se na esfera produtiva; parte da absorção do excedente pelo Estado sendo alocadas em políticas sociais e nas empresas públicas de ramos interligados a esferas estritamente produtivas; e toda a trajetória sinuosa acerca dos direitos sociais no Brasil a partir de cada constituição – nos fazem retomar neste fim de capítulo para refletirmos, ainda que brevemente, acerca do caráter dos direitos e políticas sociais a partir da luz do que entendemos por capitalismo dependente.

Em primeiro lugar, nos cabe sinalizar que em seus devidos marcos históricos, a legalidade dos ganhos sociais por meio de direitos e/ou políticas sociais, é sempre advinda de um determinado estágio da luta de classes, e ainda mais: sua efetivação plena nunca será realizada nos moldes capitalistas, sejam nos países centrais ou na nossa periferia (PAIVA; OURIQUES, 2006). É necessário desmistificar tal ideário colocado por alguns espectros na esquerda, mas sem negar a necessidade de tais políticas enquanto o mínimo necessário para a sobrevivência de uma parcela da classe trabalhadora, desprovida de todos os direitos de existência.

Seguido disso, também nos cabe remeter que a relação das políticas sociais a partir da era dos monopólios – e a absorção de uma parcela do excedente pelo Estado para reprodução

de tais políticas – sempre está imbricado com a questão do trabalho e sua forma-salário nos países centrais, justamente para a expansão da esfera dos consumos, e a classe trabalhadora inserindo-se nessa esfera. A diferença então daqui e de lá – periferia e centro –, é que, como Marini (2000) já nos apontava, que a realização da esfera interna de consumo nos países dependentes justamente não necessitava de tal, tendo em vista seu caráter de economia majoritariamente exportadora, inserida assim no mercado mundial e na divisão internacional do trabalho.

É a partir disso, que muitas análises sobre as políticas sociais, principalmente no Brasil, centradas em referenciais europeus, sempre colocaram um caráter social-democrata em tais. Só que isso sempre foi impossível de se realizar propriamente pelo caráter dependência, e isto acaba “[...] iludindo o fato de que mesmo a melhor política social ainda está no âmbito da reprodução da força de trabalho como mercadoria, logo, aprisionada pela lógica da exploração e dominação burguesas” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 168).

O que podemos sinalizar é que esse caráter dos políticas sociais, e conseqüentemente, dos direitos sociais, de sempre terem esse feitiço intrínseco à contradição capital x trabalho, coaduna com a reprodução da superexploração do trabalho. Apesar de não termos sinalizado anteriormente, ao longo de seu livro, Couto (2010) o tempo todo aborda a questão do desemprego e do subemprego, formas que expressam a superexploração da força de trabalho. Sempre foi um problema constante e que, ao decorrer do século XX, só progrediu. E como o desemprego alto contribui para o rebaixamento de salários, conseqüentemente, contribui para a reprodução da superexploração da força de trabalho – colocando os salários abaixo do necessário para reprodução da força de trabalho (MARINI, 2000). Não é à toa que

[...] esse modelo econômico – periférico e dependente – revela a situação do país e da região: a classe trabalhadora na América Latina (que seria o sujeito de direitos num país central) é composta por um expressivo contingente de trabalhadores informais e de desempregados, para os quais não há sequer vínculo salarial formal nem muito menos acesso à proteção social, decorrentes da sociedade salarial. Enfim, para a grande maioria da população, pobreza e miséria vêm acompanhadas da omissão do Estado, expressa, sobretudo, na ausência de políticas sociais, ou, na maioria das vezes, num tipo determinado de política social, cujo horizonte não pode ser pretensioso em termos sociais e políticos e no qual todo radicalismo deve ser combatido, seja em termos da composição do gasto social seja em função da dimensão emancipadora que elas poderiam conter (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 172)

Além dessas questões, devemos sinalizar também o papel da luta de classes. A luta de classes também deve ter lugar central para a realização de políticas sociais que coloquem finalidades para si, a partir da percepção que toda a riqueza construída socialmente é fruto

direto da classe trabalhadora – apesar de que tal perspectiva não seja consenso dentro da própria esquerda. Não se pode julgar apenas enquanto correlação de forças contra as classes dominantes, tampouco a busca de restos que não suprem as necessidades sociais básicas para sua reprodução: é pautando à luz do dia a riqueza que é socialmente construída para o usufruto desta pela classe trabalhadora. Não apenas essa riqueza, a pauta central de qualquer movimento social que carregue consigo os ideais anticapitalistas, a questão centralizadora em torno dos movimentos sociais deve ser o fim da propriedade privada dos meios de produção.

Mesmo que isso apareça enquanto um horizonte distante, “[...] a impossibilidade de se alterar o estatuto de propriedade por meio das medidas de políticas públicas não suprime o potencial político do processo de disputa decorrente da luta pelos direitos sociais para a maioria” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 170). Portanto, tais alterações substanciais também necessitam capturar a fundo um conjunto de fatores que nos fazem estar aptos para atuar perante a realidade, com a finalidade de sua modificação extrema. E a classe trabalhadora em geral é a única que detém condições de um potencial transformador, por carregar consigo a coisa primária, nuclear, que o capital necessita para se reproduzir: a força de trabalho. Apesar de todos os problemas permeados das políticas sociais pelo seu caráter de reprodução e controle dessa força de trabalho,

[...] é nessa dimensão que as políticas sociais, embora incapazes de portar por si só a envergadura necessária para processar a ultrapassagem do estatuto da propriedade privada, revelam-se como mediações fundamentais para a luta, no âmbito do reconhecimento progressivo dos direitos sociais dos trabalhadores (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 170).

Ainda que oculta, a principal relação por trás do embate entre políticas sociais e manutenção e controle da força de trabalho, – expressando de modo generalista – o que se tem no núcleo duro disso é que, sejam as burguesias internacionais e seus monopólios, sejam as classes dominantes-dominadas daqui, como expressa Bambirra (2019), é que a propriedade privada é uma redoma que não pode ser quebrada, nem ultrapassada. Para o modo de produção capitalista em todos os continentes perpetrados por este, a expropriação e o fim da propriedade privada são introduzidos em (quase) todos os ideários possíveis enquanto impossibilidade, tão similar como a alegoria da caverna de Platão. A perspectiva de supressão da propriedade privada é cotidianamente afastada para grande parcela da classe trabalhadora em escala mundial, e uma das poucas possibilidades concretas, se dá por meio das políticas e direitos sociais enquanto uma das formas de reprodução de sua vida – e mais

ainda, enquanto uma negação de cidadania, que nunca existirá plenamente enquanto estiver em curso a busca e a vigência pela mais-valia.

Mesmo que nem coloquemos enquanto central a questão do fim da propriedade privada, ainda assim, nosso caso enquanto país dependente e subdesenvolvido, tendo em vista que “no Brasil, e na América Latina em geral, as históricas estruturas de poder político e econômico estabeleceram padrões extremamente injustos e assimétricos de usufruto da riqueza, além de processos cada vez mais adversos de acesso ao trabalho” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 171). Outro quadro que se associa a problemática da dependência nos últimos 30 anos é o endividamento público, onde a constante captura do Estado pela lógica dos mercados fictícios e especulativos, vem aprofundando as mazelas sociais já impostas pela dependência, revertendo boa parcela do excedente que deveria ir para políticas sociais, ficando presos na espiral da dívida pública (PAIVA; OURIQUES, 2006).

É evidente que o processo de ruptura da base dependente requer passos particulares, pois assim a realidade particular dessa própria dependência o cobra constantemente. Cabe unir, como bem sinalizou Ramos (2019), o homem parentético com o conhecimento dessa particularidade com intuítos interventores e de mudanças. A recuperação de Guerreiro Ramos não é casual. É precisamente por Guerreiro Ramos sinalizar a figura do homem parentético nos circuitos burocráticos-formais e estatais que lhe invocamos. É que a estrutura dependente aponta para o Estado como grande reprodutor político dessa força econômica, e uma vez destituído de seu sentido meramente reprodutor, que sintetiza as vontades das classes dominantes-dominadas é que pode se dar fim daquela amálgama de poder sinalizada por Vânia Bambirra (2019), criando espaços de possibilidades para orientar a verdadeira revolução fora da ordem – esta, a única possível de romper o circuito fechado da dependência.

O homem parentético reclama-se constantemente nessa particularidade, mas como ser que precisa conhecer e se reconhecer nessa particularidade como um múltiplo concreto de determinações específicas, abrindo assim o caminho das possibilidades existentes. A necessidade intransigente de transformar as relações sociais, inclusive o tipo de organização do Estado, que deve ser para o “homem universal”, encontra possibilidades existentes na concretude cotidiana. E para isto, Ramos faz sinalizações rigorosas para tal questão:

Na época da história universal, viver sob o signo da vontade orgânica é viver de modo degradado. [...] Isso torna mais estranho o fato de não ter visto o quanto a *atitude refletida* significava como atributo da conduta desperta contra o poder da alienação, difuso em todos os detalhes da sociedade capitalista. Numa fase da história em que, pela primeira vez, a alienação humana passa a constituir objeto do conhecimento e da consciência, o próprio homem tende, por assim dizer, a mudar a

natureza. O processo histórico promove o homem da condição local para a condição universal. O homem universal é um homem parentético, criatura portadora por excelência de ‘vontade refletida’ (RAMOS, 2016, p. 210).

No espectro político da luta de classes, o que pode nos distinguir sobremaneira comparado aos movimentos sociais na esquerda que carregam um ideário liberal e individualista, é na razão parentética tomada à luz da história sentida pelos de baixo, que faz tornarmos mesmo com particularidades, a universalidade em prol de uma nova forma de sociedade – com novo conteúdo, e sem reproduzir o parâmetro brasileiro de modernizar-se a partir de estruturas em ruína.

Destarte, o caráter político que deve ser tomado para a luta de classes em vistas de dois aspectos: superação da propriedade privada e deste modo de produção socialmente determinado, e na tomada de classe para si da riqueza socialmente construída, porque no quesito de recursos e riqueza socialmente construída a partir da apropriação privada do trabalho alheio,

O movimento popular ainda não se deu conta do fato de que a conjuntura econômica e o ciclo dos negócios permitem, e inclusive exigem, um novo nível de combate em defesa de seus direitos. Afinal, nenhuma autoridade pode alegar que no Brasil faltam recursos para atender demandas de habitação, assistência social, saúde ou educação. Trata-se, aqui, de enfrentar o limite político dos movimentos sociais e sua timidez ideológica e organizativa para enfrentar o caráter de classe do Estado e as limitações políticas de um governo que atende prioritariamente a valorização do capital. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 173).

Seguindo o mesmo raciocínio, Paiva, Rocha e Carraro (2010) exprimem que:

Do que se trata é desvendar os vieses da luta política cotidiana dos indivíduos, grupos sociais e movimentos organizados no acesso aos bens e direitos sociais, numa combinação entre a regência das necessidades humanas – do corpo ou do espírito, ou como diz Marx, do estômago ou da fantasia – e a satisfação ética, coletiva e justa destas necessidades. Há que se propor e debater uma nova práxis de luta, na qual a política social deixe de ser instrumento exclusivo ou mecanicamente subordinado ao capital, no sentido de preservar a acumulação, para – referenciada no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas – operacionalizar mecanismos de realização da participação e da autonomia. (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 174).

Por fim, se as implicações das expressões da questão social nos países centrais do sistema já são difíceis de lidar, o fardo que o Brasil e, conseqüentemente, a América Latina, carregam no âmbito econômico, político, social e até cultural, não são fáceis de serem carregados. Vemos a necessidade de defender políticas sociais que não marginalizem mais do que já fazem perante a classe trabalhadora. Também percebemos o potencial que pode ser

gerado a partir destas. Mas, quando se trata disto a partir dos interesses permeados das classes dominantes pelo Estado, temos de ter no nosso horizonte que estas não serão suficientes. No fim do dia, é a contradição que move a história e que abre margem para as potências da classe trabalhadora em processar a ruína desse sistema enquanto um todo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Julgamos que todos os elementos trazidos neste trabalho, são necessários para aprofundamento do tema do Estado inscrito em um país, e continente, de capitalismo dependente. Ainda que outros elementos importantes tenham ficado de fora deste trabalho, – e nisto a culpa é unicamente do autor – pensar o Estado brasileiro circunscrito na dependência é uma pauta além de atual, atrasada no âmbito do cenário político e dos movimentos sociais que o compõem. Nos circuitos universitários, esta tradição marxista da dependência está longe de ser esgotada, porém, ainda não foi difundida de maneira fecunda.

Pensar o Estado a partir das características da dependência, analisando-as junto das funções que o Estado toma na era monopólica e, a particularidade brasileira na constituição dos direitos e políticas sociais no último século, são elementos que nos ajudam a conceber concepções acerca das relações sociais das últimas duas décadas também.

Ainda que este trabalho não tenha alcançado fôlego para dar conta dos últimos vinte anos de direitos e políticas sociais, os elementos circunscritos na história recente mostram algumas tendências que talvez, não se alterem tão cedo: os direitos e políticas sociais majoritariamente constituídos a partir da questão do trabalho formal; a dependência (junto com a superexploração da força de trabalho) colocando uma tendência ao desemprego, informalidade e subemprego – acabando por rebater na negação dos direitos e políticas sociais para essa enorme parcela da população; a política social nos países dependentes não ocorrendo da mesma forma como nos dos centros do sistema, pela questão do Estado não conseguir absorver uma parcela do excedente econômico como este absorve nos países ditos desenvolvidos – e, nesse sentido, o Estado no capitalismo dependente até auxiliando de algumas formas ao excedente ser exportado. Enfim, são uma série de elementos que o certo seria esmiuçar cada um deles.

O que temos enquanto campo aberto é a história e a luta de classes embutida nela. É só a partir da classe trabalhadora que possa surgir alguma potência revolucionária que pretenda ruir a propriedade privada, porque é com o fim da propriedade privada que se abre um potencial em latência para o fim da exploração do homem sob o homem, e quem sabe, o início da construção do ser humano-genérico e parentético.

## REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2019.

BARAN, Paul A; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CUEVA, Agustín. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

KAPLAN, Marcos T. **Formação do Estado Nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálisis**, Florianópolis: Ed. UFSC, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006, p. 166-175. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/GLKVhgxtxXMX7QQWzysmhdK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 nov. 2023.

PAIVA, Beatriz Augusto de; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **SER Social**, v. 12, n. 26, p. 147-175, 2010. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12702](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702). Acesso em: 27 nov. 2023.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Florianópolis: Insular, 2016.